

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 34**

13 de dezembro de 2018

(17,36 h - 21,04 h)

**Ordem do dia:** Audição do Eng.º Aníbal Fernandes\*, Presidente da ENEOP entre 2003 e 2013.

**Presidente da Comissão:** Emídio Guerreiro

**Deputados:**

Hélder Amaral (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Joel Sá (PSD)

Fernando Anastácio (PS)

Jorge Costa (BE)

\*Apresentação em [\*PowerPoint\*](#)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, declaro aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 36 minutos.*

Enquanto aguardamos a chegada do nosso convidado de hoje, o Eng.º Aníbal Fernandes, dou nota de que, antes de iniciarmos a próxima reunião, terça-feira, pelas 14 horas — peço aos grupos parlamentares que assegurem a presença de todos os Deputados —, faremos a foto oficial desta Comissão para constar do registo no *site*. A foto será feita em formato de trabalho, ou seja, sentados.

**Jorge Paulo Oliveira (PSD):** — Vai ser quando?

O Sr. **Presidente:** — Será na próxima reunião, na terça-feira, às 14 horas, antes de darmos entrada ao...

**Jorge Paulo Oliveira (PSD):** — Há algum *dress code*?

O Sr. **Presidente:** — Não, não, o *dress code* é aquele que cada Sr. Deputado determina.

*Risos.*

Peço aos serviços que encaminhem o Sr. Engenheiro até à sala para iniciarmos a reunião.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Cumprimento o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes, que vem aqui na qualidade de representante do consórcio ENEOP – Eólicas de Portugal.

Já tive oportunidade de explicar ao nosso convidado o modo de funcionamento desta reunião, pelo que estamos em condições de começar.

Pela rotação pré-estabelecida, cabe hoje ao CDS-PP iniciar a reunião. No entanto, também está estabelecida a prerrogativa de o nosso convidado fazer uma intervenção inicial, o que acontecerá. O Sr. Engenheiro fez-nos chegar uma apresentação escrita que foi distribuída pelos serviços da Comissão, estando na posse de todos, o que facilitará o acompanhamento da sua intervenção.

Sem mais demoras — reforçando as boas-vindas e os cumprimentos —, dou a palavra ao Sr. Eng.º Aníbal Fernandes.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**<sup>1</sup> (Presidente da ENEOP, entre 2003 e 2013): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, muito obrigado por esta oportunidade.

O que me traz aqui hoje é a apresentação de factos, venho apresentar factos. Tive a oportunidade, mesmo à distância, de verificar que nem sempre assim aconteceu, houve algumas personalidades que aqui vieram confabular e apresentar fantasias. Eu venho apresentar factos.

Para isso, vou revisitar brevemente — o Sr. Presidente já me disse que o tempo é escasso — o projeto a que tive a honra de presidir, o qual, sem falsas modéstias, foi, provavelmente, o projeto mais importante na área da energia desenvolvido em Portugal: o projeto da ENEOP.

---

<sup>1</sup> [Apresentação em Powerpoint](#)

Este projeto não foi só o mais importante, como o mais monitorizado e escrutinado pelo Estado. Ao longo da minha intervenção, VV. Ex.<sup>as</sup> terão oportunidade de verificar se estou a exagerar.

Vamos falar sobre o concurso de atribuição de potência eólica, sobre as condições das candidaturas e sobre o que foi feito; depois, através de uma breve comparação, passaremos para o projeto do gás natural, a que também tive a honra de presidir; veremos o que é a subsidiação da energia; abordaremos o que foi a subsidiação do gás natural; avaliaremos se taxar renováveis é, de facto, uma boa medida ou não; e falaremos sobre quais são os desafios futuros.

O concurso foi lançado pelo Governo, através da Direção-Geral de Energia, em 2005, para a atribuição de potência eólica na rede de serviço público através de pontos de receção previamente indicados.

Este concurso era constituído por três lotes: o lote A, uma fase A, que variava entre 800 e 1000 MW, podendo ir até 1200 MW; uma fase B, entre 400 e 500 MW, e uma fase C, de 200 MW, que seriam distribuídos por pequenos promotores.

Deveriam candidatar-se projetos que criassem empregos e desenvolvimento em zonas desfavorecidas do País, incentivassem a transferência de tecnologia para Portugal, promovessem a exportação de equipamentos e melhorassem o sistema elétrico no seu todo, quer nas componentes de gestão da produção, quer mesmo nas soluções de armazenamento.

Ao mesmo tempo, estes projetos obrigavam-se a criar um fundo de investigação e desenvolvimento com uma contribuição em dinheiro, em *cash*, para o Estado português.

Na classificação do concurso era dada uma grande relevância ao projeto industrial, o qual tinha um peso de 45% na pontuação final. O parque industrial, que era a contrapartida da atribuição desses pontos de ligação à

rede, deveria ser o núcleo central de uma fileira industrial a criar em Portugal que agregasse outras componentes à volta desse núcleo em todo o País, que contribuísse para o desenvolvimento das regiões onde se instalariam os parques e que participasse ativamente na aposta do País em termos de inovação, desenvolvimento tecnológico e crescimento sustentável.

Devo dizer que o concurso tinha condições muito severas, entre elas, por exemplo, a apresentação, na altura da assinatura do contrato, de uma caução de 76 milhões de euros, obviamente passível de ser substituída por uma garantia bancária de igual valor, sendo apenas libertada à medida que fosse evidenciado o cumprimento das obrigações contratuais.

Gostava de dizer que o concurso foi a 30 de outubro de 2006 e hoje, a 13 de dezembro de 2018, ainda estão em garantia bancária 7 milhões de euros respeitantes à sustentabilidade do projeto industrial. Era a isto que me referia quando dizia que foi um projeto monitorizado ao pormenor, continuando a sê-lo hoje, mesmo passados 12 anos. Já se construíram todos os parques eólicos, a ENEOP já se extinguiu enquanto consórcio, já foi feita a divisão de ativos, mas a garantia está no Estado para ser acionada se, mesmo assim, a empresa Enercon — neste caso, é a Enercon — não cumprir com as suas obrigações.

Foi um concurso internacional lançado no jornal da Comissão Europeia, o jornal das Comunidades, ao qual se apresentaram quatro consórcios internacionais, três às fases A e B, e um à fase A.

Às fases A e B candidataram-se um consórcio constituído pela Iberdrola e, essencialmente, pela Gamesa, e outro consórcio constituído pela Galp Power, pela Martifer e pela Repower.

Apenas à fase A, candidatou-se um consórcio constituído pela Enernova, pela Generg, pela Finerge, pela TP (Térmica Portuguesa) e pela Enercon, que falta aqui.

Também se candidataram às fases A e B, a Enel, a Union Fenosa, juntamente com a Suzlon, na altura, uma empresa tecnológica indiana.

Permitam-me referir que, quando o caderno de encargos saiu, quem estava no consórcio da Enernova, da Generg, da Finerge e da TP não era a Enernova, era a GDF (Gaz de France). A GDF, na altura, era pura e simplesmente o maior produtor de eletricidade do mundo. Quando saiu o caderno de encargos, achou que as condições deste não se adaptavam à análise de risco e de rentabilidade que ela própria tinha para o desenvolvimento do seu negócio e saiu, sendo substituída pela EDP.

Este concurso respeitou todo o enquadramento legal, quer comunitário, quer nacional, tendo por base um rigoroso caderno de encargos.

A ENEOP ganhou destacadamente com mérito e foi-lhe atribuído um prémio de, além dos 800, mais 200, mais 200, portanto, 1200 MW.

O que é que nos propúnhamos fazer? Era, de facto, o tal *cluster* industrial com base em Viana do Castelo. Considerámos que, sendo um projeto virado para a exportação, tinha de estar próximo de um porto de mar capaz de, no futuro, fazer escoar os bens produzidos. Da análise que fizemos, na altura, chegámos à conclusão que o mais adequado era Viana do Castelo.

Havia terrenos abundantes nos estaleiros navais que estavam subaproveitados, sendo pura e simplesmente usados para armazenagem de escórias. Foram estes terrenos que aproveitámos para, inicialmente, desenvolver todo o *cluster* industrial nos estaleiros navais de Viana do Castelo. O terreno veio a revelar-se curto para as nossas ambições, tendo de ampliá-lo, mais tarde, para Lanheses. Não só fizemos o que tínhamos previsto fazer em Viana do Castelo mas, como o terreno era curto, fomos para Lanheses, uma zona industrial perto de Viana do Castelo, ampliar para mais fábricas.

Aproveito para, nesta data, convidar as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados a fazerem uma visita a estas fábricas porque vale a pena, é

tecnologia alemã de ponta, são produzidos localmente mais de 90% dos equipamentos de um aerogerador.

Na altura, muitas pessoas que vieram aqui falar contra as energias renováveis denegriram muito estas fábricas, dizendo que elas eram barracões de montagem, o que não apenas foi ofensivo como foi faltar à verdade.

Para que VV. Ex.<sup>as</sup> possam avaliar se eram barracões de montagem terei todo o gosto em providenciar uma visita, para que possam verificar os barracões de montagem a que esta gente se referia.

Como eu disse, isto era o núcleo, mas associado a isto havia uma série de empresas. Conseguimos agregar cerca de 30 empresas por todo o País — ligadas ao setor elétrico, à construção civil, aos transportes, ao fornecimento de materiais —, umas nacionais, outras internacionais. Por exemplo, a fábrica de fibras de vidro veio instalar-se em Portugal, construíram-se oito novas fábricas de raiz e ampliaram-se cerca de 30 fábricas, algumas das quais teriam fechado se não fosse o projeto da ENEOP — uma delas, posso referir, a fábrica de transformadores da Siemens, que teria mandado para o desemprego 400 pessoas, na altura.

Isto eram outras empresas nacionais que estavam associadas já não só à parte industrial, mas mais à parte de instalação dos parques eólicos, na rede de transporte, nos cabos de alta tensão, nas subestações, etc.. São mais empresas como a Siemens, a TEGAEL (Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A.), a Jayme da Costa (Energia e Sistemas, S.A.), o Painhas, S.A. (Grupo que opera em infraestruturas na área da energia), a CME (empresa com atividade nas áreas da eletricidade, telecomunicações e manutenção industrial), mais ligadas à parte elétrica.

O que se fez? No projeto propúnhamos investir 161 milhões de euros. Acabámos por fazer, na data em que se concluiu o projeto da ENEOP, 220 milhões de euros, mas a Enercon continua a investir, mesmo apesar de em 2011 se ter parado de investir um centavo que fosse em novos parques

eólicos em Portugal. Além disso, prevíamos criar 1200 postos de trabalho e criámos mais de 1700 postos de trabalho diretos.

Além do que fizemos no projeto industrial, tínhamos de escoar os equipamentos para os parques eólicos que nos propúnhamos instalar. Eram 48 parques eólicos distribuídos por todo o País e estes parques eólicos, pela grande dispersão que tinham, apresentavam um menor risco de exploração e, sobretudo, contribuía grandemente para que houvesse uma malha elétrica da rede de distribuição e transporte muito mais fiável, porque deixava de ser um transporte e distribuição em linha para ser malhada.

Portanto, em caso de perda, uma zona acudiria à outra e o sistema melhorou substancialmente, porque foram centenas de quilómetros de novas linhas, foram dezenas de subestações novas que vieram melhorar o investimento na rede de transporte que, na altura, os operadores não tinham possibilidades de fazer.

O investimento, que prevíamos que fosse de 1250 milhões de euros, na proposta inicial, acabou por concretizar-se acima dos 1700 milhões de euros. Criámos dois centros de despacho ligados ao despacho central da REN para monitorizar todos os parques. São monitorizados ao momento. Em cada momento podemos ver como estão os recursos, como estão as máquinas, se há ou não avaria, e contribuimos para a coesão territorial, quer para os municípios que recebem uma percentagem da renda em função da tarifa negociada com o Estado na altura, quer para os proprietários dos terrenos, a quem nós ou pagamos uma renda ou compramos os terrenos. Isto contabilizado ao ano são cerca de 10 milhões de euros por ano.

Este projeto teve um efeito de arrastamento: mesmo que o consórcio que ficou classificado em segundo lugar não tivesse avançado com o seu projeto, o tecnólogo que tinha avançado para cá, potenciado pelo desenvolvimento tecnológico de cá, onde se criaram sinergias — emprego, mão-de-obra qualificada, etc. —, investiu também.



A SENVION (fabricantes de centrais de energia eólica *onshore* e *offshore*), a própria EFACEC, que também fazia parte desse consórcio, acabou por apostar, num dos seus segmentos, nesta nova tecnologia e, portanto, nós hoje temos exportações anuais de equipamentos. O porto de Viana do Castelo trabalha quase a 80% para a Enercon, mas também o de Aveiro trabalha muito, com cerca de 400 milhões de euros de exportações de bens e equipamentos. E, volto a frisar, desde 2011 nunca mais se investiu 1 MW em potência eólica nova em Portugal.

Portanto, o investimento industrial total, neste momento, é cerca de 700 milhões de euros — este dado pode ser confirmado através dos diversos operadores — e contribuímos, na altura, com 70 milhões de euros, em cheque, quer nós, quer o consórcio que ficou em segundo lugar, que pusemos à guarda do Tesouro e que era suposto ter ido para o apoio à investigação e desenvolvimento de novas tecnologias na área da energia. Para onde foi esse dinheiro, não me perguntem, porque nós não somos polícias do Estado.

Permitia-me só fazer aqui a comparação com o gás natural. Na altura, fui responsável num gabinete no Ministério pela introdução do gás natural e, mais tarde, fui o CEO do terminal de GNL (Gás Natural Liquefeito) de Sines. E o que vou dizer não é pejorativo; pelo contrário, tenho muito orgulho no que foi feito.

O que foi feito, e eu fui um dos principais responsáveis e lutei com denodo para que isso fosse conseguido, foi uma contribuição de 40% dos fundos comunitários a fundo perdido para os dois projetos. Isto é, o projeto do gás natural, dos gasodutos e do terminal teve uma contribuição líquida a fundo perdido de 40% do total dos investimentos.

Na altura em que foi lançado o concurso da ENEOP foi lançada pela EDP uma central de ciclo combinado a gás natural em Lares, na Figueira da Foz. Tiveram de provar o investimento de duas centenas de milhões de euros? Não. Tiveram de criar emprego? Não. Tiveram de dar contribuição

para o fundo de inovação? Não. O que tiveram de fazer? Como era uma entidade carenciada, pediram uma licença à DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), que lha concedeu, por um prazo de semanas. Construíram, operaram e, ao fim de três anos do tempo de comercialização, começaram a vender.

A ENEOP teve de esperar cinco, seis, sete anos para construir, muitas vezes com constrangimentos alheios à vontade do promotor, para poder começar a comercializar.

Se todo o projeto do gás natural, que teve toda aquela subsídio que referi, fosse aplicado ao projeto da ENEOP, a tarifa que propusemos de 70 €/MWh, seria não esse preço mas sim 50 €/MWh. Isto é, abaixo daquela aberração a que alguns chamam de «mercado elétrico», bastante abaixo.

Quanto à subsídio da energia, infelizmente, todas as fontes de energia foram ou são subsidiadas. O recurso a combustíveis fósseis tem um conjunto de impactos negativos que é do conhecimento de todos: os efeitos perniciosos na saúde, fruto da poluição; os efeitos de contribuição para o aquecimento global, portanto, para as alterações climáticas; as tensões geopolíticas... É sabido que os combustíveis fósseis têm grandes externalidades negativas e os custos económicos para o País são que o saldo importador que temos na balança de pagamentos é de 8000 milhões de euros anuais, cerca de 4% do PIB vai para a importação de combustíveis fósseis.

Em 2015, as Finanças deixaram de arrecadar cerca de mais de 200 milhões de euros e em 2018 este valor já vai nos 415 milhões de euros, por reduções e deduções fiscais aos combustíveis fósseis.

Se as externalidades negativas dos combustíveis fósseis fossem todas contabilizadas, e era possível fazer isso, seria imperativo que reduzíssemos drasticamente o consumo dos combustíveis fósseis.

Hoje em dia também já passa muito a ideia de que as renováveis são um mal terrível. Eu trabalho lá fora, mas quando oiço falar do País às vezes

tenho dúvidas em dizer que trabalho nas renováveis. Havia alturas, neste País, em que ao lerem-se os jornais ao fim de semana vinha lá, por ordem decrescente, os criminosos da droga e quase a seguir vinham os homens das renováveis! E eu pensava: «eh pá, um dia destes sou assaltado na rua porque estou ligado às renováveis!»

Segundo uma fonte da AIE - Agência Internacional da Energia, de 2017, é relativamente recente, a subsidiação dos combustíveis fósseis representa quase 70%; o nuclear representa 22%; as renováveis são menos de metade do nuclear. Se isto quer dizer alguma coisa... Acho que são fontes credíveis que nos trazem estes dados.

Também se dizia: «Ah, mas na altura em que se lançaram os concursos as *feed-in tariffs* em Portugal foram generosas! Todos enriqueceram, estão todos podres de rico!». As tarifas da altura estavam abaixo da média praticada na Europa. Só que Portugal, com o projeto da ENEOP, foi o único país que teve a ousadia e o engenho de pôr esta nova fonte de energia ao serviço do desenvolvimento industrial do País, porque os benefícios que mencionei anteriormente estavam em cima desta tarifa.

Digo aqui que taxar as renováveis é comprometer o futuro. Porquê? Porque o novo relatório climático diz que estamos na presença de mudanças com impactos tremendos na vida futura da humanidade. E pergunto-me, muitas vezes, perante os factos que semanalmente ocorrem em diversos pontos do globo, se nós em Portugal teremos de esperar pelo dia em que ao ir ao Terreiro do Paço tenhamos água pelos tornozelos, para dizer: «atenção, há aqui qualquer coisa de grave!».

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, não estamos muito longe disso, porque o relatório — e isto é científico, não é um maquiavelismo de qualquer ambientalista louco —, os cientistas, a nível global, dizem que se a temperatura do planeta subir 1,5° C, o nível médio das águas do mar vai subir entre 1 a 2 metros. Vai entrar pelo Terreiro do Paço! E estamos a falar daqui

a 10 ou 20 anos, é já ao virar da esquina! Nessa altura é capaz de ser tarde para tomar medidas.

O Secretário-Geral da ONU, que, por acaso, foi meu professor, já avisou que temos menos de dois anos para agir e a tendência mundial é para fazer o *phasing out*, portanto, fechar, descomissionar as fontes mais poluidoras, nomeadamente o carvão, e apostar nas renováveis. As renováveis são o futuro.

No ano passado, no mundo inteiro investiram-se 340 000 milhões de euros em renováveis. Em Portugal, zero!

Taxar as renováveis é, na minha perspetiva, e passo a imodéstia, comprometer o futuro. É a mesma coisa que em relação às migrações pôr muros artificiais. É exatamente a mesma coisa, não vai à génese do problema.

Temos de alcançar a estabilidade para podermos ter as metas do PNEC (Plano Nacional de Energia e Clima) 2030 cumpridas, isto é, passar de 70 milhões de toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> para 10 milhões de toneladas em 10 anos. Isto é um desafio gigantesco e temos de começar hoje, porque começar mais tarde será pior e mais difícil de atingir.

Há também outra coisa para a qual queria chamar a atenção das Sr.<sup>as</sup> Deputadas e dos Srs. Deputados, que é o facto de mexer nas regras do jogo a meio do jogo, o que provoca uma instabilidade brutal.

Conheço bem o exemplo de Espanha, onde mudaram as regras do jogo e têm, neste momento, 7000 milhões de euros em conflitos arbitrais. Estão a perdê-los todos, um por um. Neste momento já vai em mais de 600 milhões de euros perdidos. Mas não é esse o problema grave, o problema grave é que isto afastou as pessoas, que deixaram de ter confiança política no Reino de Espanha, deixaram de investir e não vão fazê-lo. E, ao contrário do que muitos dizem, as renováveis já estão e vão continuar a contribuir para baixar o preço da eletricidade, seja cá, seja no estrangeiro.

Estamos na fase em que é mais importante falar do futuro do que do passado. Acho bem que se olhe para o passado, mas que se olhe para o passado com factos, sem efabulações e sem *soundbites*. É fácil falar em *soundbites*, é fácil lançar atoardas, serve muito bem para agitar e para exaltar a marabunta, mas não serve para esclarecer nem para tomar decisões. E nesta fase da transição energética acho importantíssimo que se continue a reconversão do sistema eletroprodutor, mas que se estenda essa medida, essa transição para os transportes, que são os que mais consomem energia, através da mobilidade elétrica. A indústria também, sobretudo na história do aquecimento e nos serviços.

Deveríamos tornar o nosso sistema mais resiliente, reduzir drasticamente a dependência dos combustíveis fósseis, reduzir a fatura — não posso estar mais de acordo — da energia dos cidadãos e das empresas, melhorar a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos e alcançar uma mobilidade menos poluente e mais partilhada. Isto só será possível se todos se unirem, repito, todos se unirem para se conseguir este desígnio.

Parece-me que esta passagem na Secretaria de Estado foi uma boa medida porque permite ter no mesmo organismo as vertentes do ambiente, da energia e, portanto, poder redimir aqui alguma conflitualidade que pudesse existir. Mas os objetivos propostos para 2030 são muito, muito desafiantes e é preciso, de facto, um verdadeiro investimento nacional em eficiência energética.

Esta é a maior jazida que podemos ter em Portugal. Somos muito ricos em recursos renováveis e não os aproveitar era não só estultícia, como quase criminoso. Não temos petróleo, não temos gás, mas temos sol, que outros países não têm e que continuam a apostar no solar. Temos vento, temos recursos hídricos. Temos pouca biomassa e de má qualidade, mas temos o mar que ainda devemos acompanhar, porque está numa fase experimental.

Portanto, temos recursos energéticos, temos jazidas energéticas de grande valia e temos de as aproveitar.

Mas o maior desafio de todos é o da eficiência energética e é o combate ao desperdício. Continuamos a não ter um combate, conjugando... Por exemplo, nos edifícios só agora recentemente é que começa a haver alguma certificação energética. Perdíamos imenso a aquecer, quando o calor saía através das paredes finas, etc.

Este plano que existe para 2030, dos 47% de energias renováveis finais na eletricidade é um desafio muito aliciante e que devemos agarrar com todas as forças. Devemos ser parte da solução e não do problema.

Fico agora à disposição de VV. Ex.<sup>as</sup> para o que considerarem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela apresentação, Sr. Engenheiro.

Estamos, então, em condições de iniciar a primeira ronda de perguntas que, como já tinha dito, cabe ao CDS-PP. Dou, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar os colegas Deputados e o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes a quem agradeço a exposição que nos trouxe.

Percebo a indignação por ter sido incluído no *lobby* das ventoinhas. Vi que não gostou. Percebo a tentativa de nos explicar o modelo do ponto de vista de uma empresa que fez os seus investimentos. Julgo que percebi que o que quis dizer foi que o concurso obedeceu à lei, ou seja, que o processo de atribuição de potência obedeceu à lei, foi transparente, foi concorrencial e estava em linha com o direito europeu e, inclusive, com os objetivos dos compromissos internacionais que Portugal assumiu.

Não é exatamente isso que estamos nesta Comissão a tentar perceber. Esta Comissão tem por objeto tentar perceber se há, ou não, rendas excessivas no setor eletroprodutor português e, se existirem, onde é que se situam. Isso vai direto à transição, nomeadamente entre os CAE e os CMEC e o famoso Decreto-Lei n.º 240/2004.

Alguns já disseram aqui, e afirmaram-no com convicção, que, em algumas componentes do Decreto-Lei, por exemplo, na extensão do domínio hídrico, o interesse público não foi defendido. Há quem diga que esse Decreto-Lei até foi feito fora da esfera do Governo e até há uma frase que utilizo que é «o dia em que a EDP foi Governo», mas isso também é matéria que estaremos para analisar com futuras audições. Se quiser dizer alguma coisa sobre o que foi a transição dos CAE para os CMEC e como é que poderíamos ter feito, se é que considera que há rendas excessivas, essa transição de forma cuidada.

Presumo que essa transição preenche também o direito europeu e nacional, mas há quem considere que, por exemplo, os CMEC são completamente ilegais. Percebi que ouviu muitas das nossas audições e, desde logo, Sampaio Nunes considera que eles são. Porquê? Porque compensam riscos que era suposto não existirem, porque eles deviam ser neutros na passagem dos CAE para os CMEC.

Tendo em conta a sua exposição, há uma pergunta que gostaria de lhe fazer diretamente, além destas que pedem o seu comentário. Se não houvesse *feed-in tariffs*, nessa exposição que nos trouxe, o racional económico da empresa que representou fazia sentido? Mesmo que tivéssemos de subsidiar o investimento, porventura, como disse, no gás ou noutra sistema de produção eléctrica. Se não houvesse *feed-in tariffs*, como é que era?

Porque é que digo isto? Porque há quem considere que há rendas excessivas e que houve, de facto, um momento em que elas surgem e que é

na conjugação da passagem dos CAE para os CMEC com a PRE. Esse, sim, é um momento de rutura, de sobrecurso para o consumidor.

Portanto, a minha pergunta era se considera que as renováveis estão fora disto. Isto porque há quem considere que, de facto, a conjugação de CAE, CMEC e a introdução das renováveis trouxeram aqui um monstro elétrico e um acréscimo de dificuldades. Se o considera, agradecia que me dissesse porquê.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, começaria por falar nessa aberração a que chamam mercado ibérico de energia. Não é mercado nenhum, Sr. Deputado, repito, não é mercado nenhum.

Aquilo que se passa é que há diversas formas de produção de energia que têm custos diferenciados de umas para as outras e com características diferentes, com custos de investimento, de exploração, de matéria-prima, completamente diferentes.

E há umas que poluem e não são penalizadas por isso, há outras que não poluem e não são beneficiadas por isso. No final, vendem um produto que é igual que é megawatts/hora. Indiferenciado. E quando vendem esse produto como é que é feita a avaliação? É ao custo marginal da última central térmica que entrou em funcionamento.

Isto é, se quisesse falar de mercado... Por exemplo, no mercado dos automóveis, em que um produto que tem quatro rodas, um motor e um volante e tem diversos fabricantes e em que há uns que apostam na qualidade, outros que apostam na segurança, outros que apostam na rapidez, outros que apostam na potência e colocam esse produto no mercado a preços diferenciados. E o mercado já avalia qual é o que vai comprar, é o mérito deles.



Aqui não! Aqui não é dada nenhuma possibilidade, nem é comparável... Não podemos comparar bananas com maçãs, não dá para comparar! Só pode dar asneira.

Quando é um custo marginal, e desafio qualquer pessoa a tentar ir a um banco pedir financiamento para um projeto e, quando lhe pedirem para mostrar o seu plano de negócios, que digam que as vendas que são expectáveis serão a custos marginais! Mandam-nos ao Totta! Repito: mandam-nos ao Totta! Não há financiamento para ninguém!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já não existe!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Pois, já não é! Mas esta era uma força de expressão!

Considero que a ENEOP foi ao mercado. Aí funcionou o mercado. O Estado cumpriu a sua função de planeamento energético que é uma das coisas que as pessoas esquecem. O Estado tem obrigação de, relativamente a um bem essencial como é a energia que é fundamental para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento económico, em cada momento, olhar para a situação económica do País e dizer: preciso desta e daquela forma de energia, tantos megawatts de eólica, tantos de carvão, tantos... E estabelece, bem ou mal, mas estabelece.

Depois, se quer concorrência, vai ao mercado que foi o que fez na ENEOP. O que fez na ENEOP... O facto de haver *feed-in tariffs* é uma remuneração. Se o Estado tivesse dinheiro para não ser substituído pelos promotores privados, nada disto acontecia. Mas o Estado não tem dinheiro para se substituir, para fazer todos os investimentos necessários na área da energia. Então, lança uso dessa prerrogativa que tem que é lançar um concurso e dizer: vejam lá em que condições. E vieram quatro consórcios internacionais.

Ninguém pôs a mesma tarifa! Ganhámos porque pusemos a tarifa mais baixa, mas é evidente que temos de ter uma remuneração. Não é aquela daquilo a que chamam «mercado» e que não é mercado nenhum.

Ouça, Sr. Deputado, naquilo estão promotores energéticos que têm a maior parte da sua potência garantida por contratos a começar pelo nuclear espanhol de que ninguém sabe quais foram os contratos, foi tudo subsidiado pelo Estado.

Como é que posso concorrer?! Se estivesse a concorrer com alguém que vendia o mesmo produto que eu, mas tinha um contrato amarrado com o Estado, alguma vez podia concorrer? Aquilo não é mercado, senhor, é uma aberração.

Mercado é isto.

Já agora, permitam-me, o meu tom de voz é este, não estou hostilizado pelo facto de me porem um carimbo. Queria pedir-lhe o favor de me dar o benefício da dúvida. Foi uma força de expressão. Podem colar-me os timbres todos que quiserem que cá estou para os assumir.

Tenho muita honra em ter a minha vida profissional desenvolvida ao longo de 34 anos na área da energia, tendo começado nos petróleos, passando para o gás natural e estou, com muita honra, nas renováveis. Não me arrependo de nada do que fiz ao longo da vida toda e não há contradição nenhuma naquilo que fiz.

Portanto, em relação às *feed-in tariffs* é isso. Não vejo que haja nenhuma contradição e não considero que isto seja uma renda excessiva. Se há rendas excessivas, desconheço-as. Mas tirem as renováveis desse pesadelo.

Sobre os CAE e os CMEC, Sr. Deputado, teria muito gosto em... Não é uma situação em que estivesse envolvido, nunca estive envolvido em CAE e em CMEC, não tenho conhecimento. Só falo daquilo que sei.

Não estou a fugir à sua pergunta, mas iria, de certeza, dar uma opinião pouco fundamentada do ponto de vista técnico sobre isso porque nunca estive envolvido, nunca estudei o assunto em pormenor e, portanto, não iria ser, com certeza, rigoroso na minha resposta, como gosto e como é o meu timbre.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nem sabe a sorte que tem por não estar envolvido em CAE e CMEC!

Queria, ainda assim, tentar perceber... Fizemos algum caminho, confesso. Muitos, quase a generalidade dos técnicos que ouvimos, dizem que houve voluntarismo, excesso de boa vontade na potência contratada. Não sei.

Há quem diga, pelo menos o Eng.º Clemente Pedro Nunes defendeu-o, que, a partir dos 1800 MW o descalabro foi instalado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — A partir de quanto?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Dos 1800 MW.

Ou seja, não pôs em causa, sequer, a existência das renováveis, verdade seja dita, mas o percurso que se fez com *feed-in tariffs*.

Tendo em conta que, no momento, a tecnologia era, de facto, cara — um aerogerador custava 1,4 milhões de euros, passou a custar 800 000 € e, porventura, hoje é mais barato — e havia um preço megawatt/hora fixo, pergunto se era possível, se alguma vez esteve em cima da mesa, não é a questão que pôs de alterar as regras a meio do jogo... Também reconheço que estamos num Estado de direito, que há contratos assinados e, portanto, temos todos de jogar segundo essas regras. Ainda bem que há um Estado de direito.

Mas a minha pergunta era se era possível ou se em algum momento houve uma tentativa de se dizer: Bom, de facto, temos aqui, não vou chamar

uma renda excessiva, mas um desfasamento entre o que era o raciocínio lógico aceitável inicial e os preços de mercado à data. Era possível, a determinada, reduzir esses custos? Ou se, por outro lado, considera que esses custos não deviam ser postos no consumidor e podiam ser postos de outra forma, desde logo, no Orçamento do Estado, como o Dr. Peças Lopes chegou a defender?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, a lógica que apresentou... Não vou comentar algumas afirmações das pessoas que referiu, porque teria, eventualmente, de ser indelicado e não é esse o meu timbre.

Vou cingir-me à pergunta do Sr. Deputado, dizendo-lhe que a lógica que presidiu ao lançamento dos concursos da eólica foi uma lógica de custos evitados. Isto é, o decisor, na altura, o decisor Estado entendia que era necessário, para haver estabilidade no fornecimento e qualidade no fornecimento elétrico... Há umas coisas que temos que ninguém pode pôr em causa: não é pensável que possamos ligar um interruptor e não haver luz. Isso não é pensável... Ou uma fábrica ter a sua força motriz coartada por indisponibilidade técnica do sistema.

Portanto, o Estado tem de garantir isso e, na altura, entendeu — e tenho de dar o benefício de que as pessoas que estão à frente dos organismos são idóneas e competentes — que era necessária uma determinada potência. Como, na altura, já se antecipavam muitos dos problemas que hoje são constatados, já havia indícios claros de alterações climáticas, de poluição, de externalidades, etc., foi na lógica de custos evitados.

Isto é, se não tivesse sido feita aquela potência eólica, que foi lançada, tinha sido feita outra potência qualquer. Portanto, a questão não é de ser muita ou ser pouca, é de ser aquela.

Entendeu, na altura, o decisor que fazia todo o sentido ser aquela e, então, foi a mercado. E foi a mercado com exigências: «você vêm, mas trazem contrapartidas para a economia nacional».

Quando foi a mercado, nessa altura, foram feitas as contas. O contrato foi assinado em 2006 e creio que o Sr. Deputado me dará o benefício da dúvida de dizer que não acreditaria, eu próprio, que a Enercon viesse investir cá a quantidade de dinheiro que investiu, mesmo sendo ricos, sendo alemães — nós temos a mania que os alemães são ricos, mas são rigorosos — num *cluster* industrial se não tivesse a garantia e não tivesse feito as suas contas e o seu plano de negócios, para que o seu investimento pudesse ser amortizado. Quando os planos de negócios são feitos, são feitos para uma... até ao fim do projeto. Isto é, nós temos de ver se os *cashflows* descontados dão para pagar o capital, remunerar o capital e os respetivos juros. Foi isso que foi feito.

Quando foram feitas as contas, na altura, as máquinas tinham o preço, mas as máquinas só foram instaladas em 2011, 2012, 2013. A Enercon não podia estar à espera e dizer «olhe, meu amigo, agora o preço das máquinas já é mais barato». Isso é uma consequência para o futuro e se tivéssemos continuado no ritmo que tínhamos, provavelmente com o abrandamento — porque se calhar não era necessária tanta potência —, iríamos beneficiando, como estamos a beneficiar, porque as máquinas do terceiro concurso, dos pequenos, já foram a um preço muito diferente. O último concurso não foi lançado na mesma altura que o primeiro. Portanto, temos vindo a ter economias de escala. Por isso é que o preço da ENEOP foi diferente do preço dos concursos anteriores. Os concursos anteriores foram acima de 90 e a ENEOP foi a 70. Estamos a beneficiar disso, mas não podemos dizer: «meus amigos...» — porque isso admito que seja quase impossível fazer — «agora as máquinas vão...». Podíamos fazer uma forma de reajustamento, uma

forma... Mas isso está nas fórmulas de revisão de preço. Tem que ver com a inflação, tem que ver com as taxas de juro, etc.

Uma coisa de que as pessoas se esquecem é que os contratos são estabelecidos num determinado momento e esse momento é aquele em que os equipamentos têm um determinado valor, o risco tem um determinado valor, os juros têm outro determinado valor e não podemos esquecer-nos de que isso são variáveis fundamentais para uma análise económica.

Quando um agente económico vai investir, tem de ter isto tudo, tem de harmonizar. Portanto, não era possível, na altura, dizermos: «vamos estabelecer aqui uma fórmula que seja...». As máquinas ainda nem sequer tinham sido fabricadas, Sr. Deputado! Eles não sabiam qual ia ser a evolução, na altura, era o preço na altura. Era o preço na altura, as condições na altura; para serem vendidas quatro, cinco, seis anos mais tarde.

As máquinas não foram vendidas naquela altura, não estavam em armazém, não se constituiu *stock*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Considera então, ou pelo menos pode considerar, que, de facto, há um excesso — pelo menos da lógica do consumidor —, de sacrifício do consumidor, se assim quiser dizer, quando diz, e bem, «nós não podemos carregar na luz e aparece a luz, é preciso ter garantias», mas o consumidor está a pagar isso.

Se o consumidor está a pagar as *feed-in tariffs* — vou dar de barato se os valores são excessivos ou não, está a pagar —; está a pagar o *backup*, até porque elas têm um preço fixo — têm, no despacho, prioridade na entrada — e, portanto, se eu tiver centrais de *backup* o consumidor também está a pagar, pergunto se a tal conjugação entre *feed-in tariffs*, CAE (contratos de aquisição de energia) e CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual), configura ou não um sacrifício excessivo, ou uma renda excessiva, pelo menos para o consumidor.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não podemos ter «o sol na eira e a chuva no nabal».

Não é um sobrecusto para o consumidor, é o custo que têm as coisas. Se optamos por..., se chegamos à conclusão de que estamos perante uma iminência de comprometer o futuro do planeta e que, para isso, temos de reduzir drasticamente os combustíveis fósseis, temos, ao optar pelas energias renováveis, de saber que o custo associado às energias renováveis é aquele que for em cada momento. Por acaso, neste momento, é mais competitivo do que as energias fósseis, por isso é que a chamada «aberração» está a subir. Hoje está a 70 €! Está a 70 €! O chamado mercado — aqueles que apostam tanto no mercado — está a 70 €! Mas isso é que o Estado não pode permitir: estarmos a sujeitar os cidadãos e as empresas, as entidades, a essa volatilidade de preços, que impede qualquer planeamento.

Uma família não pode imaginar que num mês paga 100 e no mês seguinte vai pagar 200. Um agente económico não pode prever que vai fazer um investimento se não tiver a certeza de que tem a qualidade do serviço estabilizada, do ponto de vista técnico e do ponto de vista económico e financeiro!

Essa estabilidade tem de ser garantida pelo Estado. Isso não é um sobrecusto, é o custo! É o custo daquela matéria-prima, disponibilizada naquelas condições. É uma condição *sine qua non*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Considera, então, como disse aqui o Eng.º Mira Amaral — embora não peça para comentar diretamente — concorda ou não, porque falou de áreas do mercado, que nós não temos verdadeiramente um mercado liberalizado no setor da energia? Se sim, como é que nós poderíamos tê-lo?

Já agora — porque sei que a crítica vai existir —, perguntava-lhe também da extensão dos prazos feitos pelo Decreto-Lei n.º 35/2013, a preços bem mais baixos do que aquilo que me diz que está agora no mercado. Era possível ter feito de outra maneira? Era possível criar uma sobretaxa sem estender os prazos das *feed-in tariffs* ou os valores a que foram conseguidos?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Peço desculpa, mas há pouco não referi o decreto-lei, o famoso decreto-lei.

O decreto-lei não surgiu a pedido dos promotores eólicos. O decreto-lei surgiu por imperativo da troica;...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Os CIEG são quase todos *feed-in tariffs*.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — ... isto é, face à necessidade de combater o défice tarifário, foi visto, na altura, que era necessário acudir ao sistema para que o défice parasse de aumentar e fosse sustido. E a solução que foi encontrada, e penso que isso já foi aqui referido — pelo menos lembro-me de ter visto uma intervenção — era... Pode-se especular: mas aquilo foi um bom acordo, foi um mau acordo, o decreto-lei está bem feito, não está bem feito? Acho que foi feito com toda a seriedade.

Eu não sou das pessoas que vê atrás de cada decisão que é tomada, quer pelos políticos, quer pelos agentes económicos, uma malfeitoria. Não vejo assim. Acredito nas pessoas, com certeza que há enganar, com certeza que há erros, com certeza que há pessoas que agem com melhor ou pior boa-fé, mas sou dos que acreditam que as coisas têm um funcionamento pelo lado positivo.

Quanto àquilo que foi feito, de facto, Sr. Deputado, só no final do período é que vamos saber se o decreto-lei foi bem feito ou mal feito. O que



hoje podemos fazer é uma análise de sensibilidade a esse decreto-lei, mas não tirando um ponto que nos seja conveniente. Podemos ir buscar um ponto que nos seja conveniente para determinadas conclusões, mas isso não é uma análise séria. A análise de sensibilidade é ir percorrendo para vários cenários e ver o que é que aquilo dá. A análise que fiz, e que outras pessoas já fizeram, é a de que, para valores da tal «aberração» do mercado ibérico, superiores a 54 €, — 53 ou 54, agora não tenho a certeza —, com 53 ou 54 o sistema elétrico nacional sai altamente beneficiado.

Essa era uma questão, a outra era se há um mercado liberalizado de energia. Este chamado mercado ibérico, para já, foi inaugurado oito vezes. Para ter sido inaugurado oito vezes é porque alguma coisa não funcionou bem das sete vezes anteriores. Depois, como lhe disse, na minha perspetiva — e a minha modesta opinião vale o que vale, Srs. Deputados, não me levem a mal a ênfase que ponho nas minhas palavras, é porque tenho convicções e, portanto, expresso-as com veemência, não é mais do que isso —, não é mercado; e não é mercado pelas razões que já elenquei. De facto, conseguimos ter mercado se fizermos aquilo que foi feito na ENEOP. Isso constitui mercado, isso constitui pôr as pessoas em concorrência! É o melhor que conseguimos fazer para salvaguardar que não haja disrupções nem anomalias, quer técnicas quer económicas, no fornecimento de energia elétrica.

Se queremos que, daqui para o futuro, e penso que poucos — não, alguns que vieram cá, alguns o Sr. Deputado até já os mencionou, acham que a história das alterações climáticas é uma história da carochinha; não vou comentar para não ser, mais uma vez, indelicado —, nesta sala, duvidarão que as alterações climáticas são, de facto, uma realidade. E se queremos combater, fazer face às alterações climáticas e não ter de contabilizar os custos com deslocações de pessoas, como há em algumas partes do globo, neste momento, e algumas bem próximas de nós — já não é só na América

nem no sudoeste asiático, já é na Europa; ainda há pouco tempo aconteceu em Itália e aconteceu em França —, se acontecer em Portugal uma catástrofe dessas que é motivada pelas alterações climáticas, onde o sistema elétrico tem uma grande contribuição, vamos fazer contas e vamos ver que, no final do dia, estivemos aqui a discutir se, de facto, os 70 €/MW ou os 90 € anteriores eram exagerados, quando vamos pagar milhões de euros que são deitados ao rio, porque aquilo não serviu para mais nada a não ser para desperdício.

Portanto, quanto ao mercado liberalizado, acho que, neste momento... Olhe, a nova ministra espanhola, que entrou agora, está com um problema nas mãos, com a história dos *claims* dos tribunais arbitrais que estão em curso e que ela não sabe como há de resolver, e mais as famílias espanholas que ficaram endividadas. Milhares e milhares de famílias espanholas, que tinham sido incentivadas pelo próprio Estado a apostarem os seus aforros e as suas poupanças no setor fotovoltaico, estão falidas! Estão falidas! E ela não sabe como é que há de acudir àquilo e já disseram que é preciso fazer qualquer coisa nesse chamado mercado ibérico, que isto não funciona, só dá asneira!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esperemos pelas interligações e pela maior capacidade de exportação.

Também não quero diabolizar as renováveis, pelas quais tenho simpatia. E acho que o *mix* é que torna isto interessante e que temos, de facto, de fazer esse caminho para as alterações climáticas, e bem! Mas, Sr. Engenheiro, de facto, considerando que, como diz, e bem, não se pode ter sol na eira e chuva no nabal, há governos que querem ter o nabal na eira, que é uma impossibilidade ainda maior.

Por exemplo, o Ministro Manuel Pinho diz-nos «os impostos são 25% na fatura, a energia 28%, acesso às redes 16%, custos políticos 31%» e que os famosos CMEC — para retirar os CMEC que não contam para esta

história, que não são nenhuma renda excessiva —, 18% nas contas dele, não passam de 2 € numa fatura dos portugueses. Os portugueses que nos estão a ouvir, quando olham para a fatura veem que os CIEG (custos de interesse económico geral) pesam muito. E, segundo essa distribuição, os CIEG são, praticamente, aquilo que tenho de pagar para ter esse grande desígnio de mais renováveis.

Por isso digo: «bom, tendo feito o Governo anterior uma extensão a um preço de 74 €/MWh, parece-me, à data de hoje, razoável». Pergunto se é possível ou não considerarmos que os CIEG são, todos eles, *feed-in tariffs*, de energias renováveis a um preço excessivo, com, como disse há bocado, um pagamento de disponibilidade de garantia de potência também excessivo — ou seja, estamos a pagar duas vezes — e se é possível ou não encontrarmos aqui uma forma, sem pôr em causa o Estado de direito, de reduzir, até porque os investimentos estão todos amortizados. Neste momento, presumo que os vossos estejam, todos eles amortizados. Portanto, estamos a falar apenas e só de produção elétrica.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, em relação aos impostos, serão VV. Ex.<sup>as</sup> as pessoas mais indicadas para se pronunciarem sobre eles, porque vocês têm aqui uma função de fiscalização sobre a taxação de todos os produtos, inclusivamente dos produtos energéticos. Portanto, eu, sinceramente, não sou a pessoa mais indicada para dizer se o imposto está correto ou está incorreto.

Posso pronunciar-me antes sobre a componente da energia. E na componente da energia temos de, por um minuto, esquecer aquilo que é a «aberração» do mercado. Estamos muito viciados com aquela história de «ah, sai 50; hoje é 70». Esqueça isso por um minuto e vamos falar em custos de produção, que é aquilo que faz sentido, custos de produção.

A central do Carregado ou a central da Figueira da Foz, desde que foram construídas tiveram, consistentemente, custos de produção — custos de produção! —, ...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Dava um aumento de tarifa de 15%.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — ... custos de produção acima dos 80 €, Sr. Deputado. Acima dos 80 €! Se fôssemos aplicar a essas — e algumas delas tinham contratos com o Estado com certeza, se calhar tinham, mas outras não; a de Lares não tinha, já foi para mercado, o tal chamado «mercado» — centrais uma lógica de serem remuneradas abaixo do custo de produção, qual era a consequência lógica? Abrir falência! Abrindo falência, haveria uma disrupção do sistema. Teríamos uma central que tinha sido construída e que não podia funcionar porque tinha aberto falência.

Vamos imaginar o que se passa com o nuclear em Espanha: o nuclear em Espanha foi a energia espanhola mais subsidiada, são oito centrais em que duas delas estão permanentemente em baixo por avaria e quando estão em baixo estão-no por dois anos — porque, como sabem, aquilo é perigosíssimo e não se podem fazer reparações de um dia para o outro — e isso causa disrupções.

No dia em que começarem a encerrar as centrais — desejamos que não aconteça nada, sobretudo naquelas que estão mais próximas da fronteira —, quem é que vai acudir ao desmantelamento daquelas centrais, que custa duas vezes mais do que o custo de investimento?

Portanto, quando temos estas aberrações no sistema, quando, como lhe disse, há várias entidades que têm contratos amarrados de compra pelo Estado, sejam eles de energia fóssil, sejam eles de energia renovável, como é que se pode falar... Nós temos de falar em custos de produção e a melhor

maneira de aferir se eles são exercidos ou se são razoáveis é através de uma consulta ao mercado, Sr. Deputado.

Quando se fizer uma nova central, se se quiser que ela seja de ciclo combinado — que julgo que não é necessário porque as que já existem chegam para fazer a harmonização com as energias renováveis — dever-se-á pô-la a concurso, para vermos quem é que dá, o que é que dão, quais são as contrapartidas, que tecnologia é que trazem, em que condições é que se pretende fazer... Essa é a melhor maneira de garantirmos que o custo da energia baixa, é a melhor maneira de pôr o mercado a funcionar. Não é termos um referencial de uma coisa que é uma aberração, que é uma distorção, que não funciona, que só introduz ruído aqui dentro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Vamos prosseguir com a audição. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes e agradecer a sua apresentação inicial.

Começando pela questão das energias renováveis, que foi aqui referida, gostaria de dizer que, da parte do PCP, não somos contra as energias renováveis e muito menos contra o aproveitamento desses recursos pelo País. Até julgamos que houve um atraso na exploração desse potencial, há muito reivindicada pelo PCP. O problema não é tanto a tecnologia, mas sim, quando, a coberto a tecnologia e em nome da inovação da nova tecnologia, o capital, oportunisticamente, faz tudo para obter taxas de lucro exageradas e rendas de monopólio. Os lucros, aliás, não são proporcionais ao risco, claramente diminuídos, no caso, pela garantia de compra da produção a longo prazo e com significativos apoios e facilidades públicos.

Aliás, o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes manifestou-se apreensivo, numa entrevista que deu em 2011, pelo facto de até o Banco Europeu de Investimento (BEI) ter visto viú no memorando da *troica* um certo risco tarifário. Gostaria de saber o que queria dizer com isto.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Pode repetir? Não ouvi...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Manifestou apreensão em relação ao facto do Banco Europeu de Investimento ter visto no memorando da *troica* um certo risco tarifário, numa entrevista de dezembro de 2011.

A minha pergunta é se esse risco não está associado a qualquer investimento, se o investimento não comporta, naturalmente, risco, a não ser para a REN, que talvez seja a única empresa que não tem qualquer risco e que só tem lucro.

A renegociação dos contratos nunca é possível ou justificada?

Também lhe queria perguntar, ainda, em relação ao Banco Europeu de Investimento, se sabe se, entretanto, foi enviada a carta de conforto, de que fala nessa entrevista de dezembro de 2011, que o Governo PSD/CDS estaria para redigir dando conforto em relação àquele risco tarifário.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Alves. Não me recordo dessa entrevista, mas é fácil contextualizar o que eu queria dizer. Era exatamente evitar aquilo que se veio a passar em Espanha.

Os contratos que foram feitos pelos promotores, reunidos no Consórcio ENEOP — foram diversos, uns maiores, outros mais pequenos, uns com mais pujança financeira, outros com menos —, foram feitos ao abrigo de *project finance*. Isto é, as empresas não têm o capital total para se financiarem, vão aos bancos pedirem com o mérito do projeto e é o projeto

que por si, com os méritos que tem... Os bancos avaliam se tem ou não tem. São processos complexos, são mais caros, mas quem não tem dinheiro... «quem não tem cão, caça com gato». Portanto, não há outra alternativa. Se querem fazer aqueles projetos, vão ao banco, já saberão se o banco lhes dá ou não... Se lá fôssemos dizer que aquilo iria ser remunerado com custos marginais, de certeza que a resposta seria negativa.

O que queria dizer, nessa altura, era que mexer nas tarifas — porque já na altura se falava em mexer nas tarifas — era um risco. Isto não é caricaturar: as taxas de juro começaram a baixar. Quando assinamos os contratos, em 2006, a taxa de juro andava quase na casa dos dois dígitos. Começaram a baixar e os bancos emprestaram.

O Sr. Deputado Hélder Amaral referiu-se ao facto dos custos dos equipamentos terem baixado, mas também baixaram os juros: quando contratámos, fizemo-lo com aquele juro, não com outro. Sem querer caricaturar — isto é verdadeiro — os bancos estavam desejosos de alterar os contratos que tinham estabelecidos inicialmente, porque isso lhes poderia ser altamente vantajoso. E bastou, nalguns casos, a intenção de querer mudar a morada do proponente para eles os quererem alterar, sabendo que essa era uma condição precedente para alterar o contrato e poderem vir a exigir juros maiores.

Portanto, o meu medo, nessa altura, era que houvesse projetos que não se viessem a concretizar, porque este projeto deu muito trabalho, Sr. Deputado, deu muito trabalho. Foi um trabalho hercúleo e foi feito com denodo e era uma pena que, por uma situação administrativa, se viesse a deixar desmoronar tudo aquilo que tinha sido construído. Esse era o meu medo. O que eu queria dizer era: «Cuidado! Não vão alterar as tarifas porque isso vai ser um desastre completo para o projeto industrial em Portugal.» Inclusivamente, poderia fazer deslocalizar a Enercon.

O Sr. Deputado pergunta se os contratos não são renegociáveis. São! Olhe, a história do decreto-lei... Não podem é ser renegociados, unilateralmente, à força. Julgo que se a meio de um jogo todas as partes se sentarem e disserem «vamos todos jogar com nove», se todos estiverem de acordo — mas têm de estar todos de acordo, se há um que diz que não está de acordo não dá —, todos os contratos são renegociáveis, desde que haja diálogo, desde que não haja disrupção, desde que não haja ruído. Há muito gente que traz ruído para o sistema e com ruído não é boa a qualidade de sinal. Quando há muito ruído a qualidade do sinal baixa. O que eu digo é que é possível, sim senhor, é possível renegociar os contratos. É chamar e ver, com boa-fé, se uma determinada cláusula... Eu julgo que isso foi feito, na altura, com o decreto-lei que mencionaram há pouco. Julgo que foi um bom exemplo de renegociação de contrato.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Só para relembrar o que foi dito na entrevista. Vou citá-lo: «Estamos apreensivos porque o BEI olhou para o memoriando da *troica* e viu lá especificado que há um certo risco tarifário, razão pela qual exige agora uma carta do Governo a dizer que o risco de descida da tarifa não se aplica à ENEOP.»

A minha pergunta é se sabe se essa carta chegou a ser enviada da parte do Governo.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não me recordo se foi enviada. Não estou a fugir à sua pergunta, não me recordo se foi enviada, mas se foi, foi bem feito! Se foi enviada foi para dizer «nós garantimos aquilo com que nos comprometemos... o contrato foi assinado...». Porque se não, eles não emprestavam o dinheiro, como é evidente! «Emprestar dinheiro? Então, mas está aqui...» — lá estão as receitas a que me referia — «então, mas a receita não vai ser garantida!». O BEI não ia emprestar dinheiro sem saber que



aquele projeto era viável. No dia em que as tarifas não fossem garantidas, como estava estipulado no contrato inicial, o projeto deixava de ser viável. Portanto, não sei se a carta foi enviada — não me recordo —, mas se foi, foi muito bem enviada. Se não foi, devia ter sido.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quando se investe e se necessita de uma carta que dê garantias de que se não vai mexer nas tarifas, a questão do risco inerente a qualquer investimento fica aqui um pouco manietada.

Passando a outra questão, é possível o Sr. Engenheiro dar-nos uma informação sobre os valores e a evolução das taxas de rendibilidade da ENEOP, nos capitais investidos na fileira eólica, nomeadamente, nas taxas do segmento industrial da fileira e no segmento de produção de energia? E sobre o valor global dos apoios dados pelo Estado no apoio ao investimento e da tarifa bonificada?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Os apoios do Estado?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nos apoios por via da tarifa bonificada, que é uma forma de apoio do Estado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — A tarifa é conhecida. A tarifa da ENEOP, já aqui a referi, foi 70 euros/MWh líquida... A rentabilidade dos promotores eólicos posso dizer-lhe, de memória, que deveria andar por volta dos 6/7%.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Passando às questões do mercado elétrico, que já foram abordadas, gostaria de citar, mais uma vez, a entrevista de 2011, em que, sobre o mercado de energia, o Sr. Engenheiro disse: «O mercado é uma coisa muito complexa em termos de energia. Andamos aqui

na Península Ibérica a instituir o MIBEL, desde há sete anos, e não funciona. Julgo que nem em Espanha funciona, quanto mais a nível europeu.

Há um sistema elétrico, diversas formas de produzir energia, com características diversas e estudos de maturação, evolução e custos de produção diversos. Portanto, cada país tenta adaptar-se às circunstâncias. É assim que a Alemanha privilegia o seu carvão, a França o nuclear, o Reino Unido o gás natural, e vão colocando as suas formas de energia de uma forma não transparente em relação aos custos reais.»

Depois, em julho de 2018, já este ano, no seu artigo, também no *Público*, volta a esta temática: «Afinal, o que vem a ser isso do mercado ibérico de energia? É mesmo um mercado no sentido real do termo? Não, porque o produto que aí se comercializa é indiferenciado, apesar de serem distintos os custos de produção associados a cada tecnologia de transformação, e parte dele já está previamente remunerado com base em contratos de aquisição ou compensação. E isto faz toda a diferença porque, num cenário de sobrecapacidade instalada, como temos hoje na Península Ibérica, o preço do designado mercado elétrico acaba por ser definido pelos custos marginais das centrais.»

Gostaria de saudá-lo por esta clarificação, com a qual o PCP está completamente de acordo. Mas é preciso tirar uma conclusão essencial que gostaria que partilhasse.

É que o sistema elétrico nacional está construído sobre uma fraude, que é a possibilidade de existência de um mercado ibérico de energia elétrica. A conclusão que tiramos é a de que o MIBEL é uma fraude e que é uma invenção político-ideológica que só serviu para justificar a privatização da EDP, a sua segmentação e liberalização nos ditos mercados e a desregulamentação desta atividade.

Muitos problemas que surgem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito resultam do que foi feito à conta desta fraude no mercado da

eletricidade. E é natural que as grandes fraudes políticas suportem e deem pasto ao populismo. Como é que chegámos a este ponto de termos um mercado, que na verdade não é nenhum mercado porque é um bem que não pode funcionar em termos de mercado?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Como chegámos lá, não lhe sei dizer. Não sou decisor político, não sei como lá chegámos.

Eu revejo-me no que disse. Aliás, já tive oportunidade, hoje, de referir o mesmo, quando respondi ao Sr. Deputado Hélder Amaral. Fui coerente com o que Sr. Deputado disse. Portanto, a minha coerência vem de 2011 a 2018. Tudo aquilo que o Sr. Deputado referiu da entrevista, acabei por referir hoje. Considero que há, de facto, distorções e que é uma aberração, e aí partilho perfeitamente aquilo que diz.

Não partilho do que diz quando tira a conclusão de que isso só serviu para privatizar a EDP. Aí não partilho da sua visão, porque o que serviu para privatizar a EDP foi que a EDP, na altura, era um Estado dentro do Estado, e o Estado não tinha dinheiro para acudir às responsabilidades que eram cometidas à EDP para o desenvolvimento futuro.

Quando o Estado, ainda hoje, não tem dinheiro para pagar as pensões — e algumas pensões são de miséria —, muito menos tem para acudir ao desenvolvimento que necessita de capital intensivo de milhões e milhões de euros, para garantir que um sistema tão sofisticado como o sistema energético nacional possa funcionar. Essa é a minha perspetiva. Portanto, aí não compartilho da sua visão. Estamos de acordo em relação à primeira parte, não estamos em relação à segunda.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A questão é a conclusão que se tira daquilo que é a evolução, não só do ponto de vista da privatização, mas

também da segmentação e, depois, da desregulamentação do setor, que está relacionada com esta questão do mercado.

Ainda em relação ao papel que o S. Engenheiro teve na decisiva introdução do gás natural em Portugal, nomeadamente com a construção do terminal de Sines, como sabe, o desenvolvimento de centrais de ciclo combinado a gás natural, foi uma forma de garantir o volume crítico de consumo de gás natural que facilitou a sua implementação no País.

Mas há um problema de números em relação ao que é citado pelo Sr. Engenheiro na comparação da tarifa eólica *versus* a tarifa das CCC (centrais de ciclo combinado). Fomos olhar para as suas declarações e parece que não batem certo, portanto, também queria perguntar-lhe sobre isso.

Em 2011, na entrevista que fez ao *Público*, o Sr. Engenheiro comparava a tarifa eólica com a tarifa das CCC e fala em preços de 74 € a 76 €/MWh numa altura em que o barril de petróleo estava a 110 €. Depois, em julho de 2018, neste último artigo, diz que a tarifa da CCC era, em 2004/2009, de 85 €/MWh para um preço de barril de petróleo a 80€.

Não se percebe como é possível que com o barril de petróleo mais barato o megawatt-hora seja mais caro e não o contrário. Não há um erro nessa sua avaliação?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Provavelmente há, Sr. Deputado. Agora não sei, estou a citar de memória, os números até podiam estar errados. Os cálculos que tinha feito na altura demonstravam que nenhuma das centrais de ciclo combinado tinha custos de produção inferiores a 80 €, repito, nenhuma das centrais em Portugal tinha custos de produção inferiores a 80 €.

É evidente que a volatilidade do custo de produção está associada diretamente ao barril de petróleo e sobe ou desce em função deste. O barril de petróleo chegou a estar quase a 200 € neste período que medeia entre 2002

e 2018. Houve uma altura em que esteve muito próximo dos 200 € e muitas vezes esteve acima dos 100 €.

Portanto, digo-lhe que vejo com algum espanto esse número de 74 € a 76 € que referi. Provavelmente enganei-me e errar é humano. Julgo que os cálculos que fiz, e que hoje reitero aqui, indicam que o custo de produção das centrais de ciclo combinado nunca esteve abaixo dos 80 € e isso é fácil de aferir, basta uma pessoa consultar as empresas que estão a operar.

De qualquer maneira, gostava de lhe falar sobre o outro problema que penso que me disse. Depreendi da sua pergunta que me disse que o terminal de GNL (gás natural liquefeito) tinha sido para viabilizar as centrais de ciclo combinado. Era isso?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Engenheiro, o que disse foi que o desenvolvimento das centrais de ciclo combinado a gás natural foi uma forma de garantir um volume crítico de consumo de gás natural que facilitasse a sua implantação no País.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O terminal foi construído por um imperativo estratégico, Sr. Deputado. Aliás, devia ter sido sempre, desde o início, a primeira peça a ser construída cá e não o foi por um erro na altura. Mas foi por imperativo estratégico, porque estávamos dependentes de uma única fonte de abastecimento que vinha da Argélia, por gasoduto. Bastava um atentado terrorista para ficarmos impedidos de ter acesso a fonte de energia e, portanto, foi um imperativo estratégico.

Este foi, de facto, um terminal muito importante, foi um valor-padrão, foi um — permitam-me o anglicanismo, gosto muito do português mas, às vezes, temos dificuldades em encontrar o termo — *benchmarking* internacional pela qualidade técnica da execução, pelo cumprimento dos prazos, pelo cumprimento dos orçamentos. Foi um projeto badalado

internacionalmente, onde chegaram a trabalhar mais de 3000 trabalhadores, foram utilizadas mais de 7 milhões de homens-horas, a equipa dirigente tinha 23 pessoas, havendo só dois estrangeiros, e não houve um único acidente, repito, não houve um único acidente. Foi, também nisso, um projeto exemplar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Engenheiro, queria perguntar-lhe se sabe por que razão não se criaram redes nacionais de gás natural comprimido e gás natural liquefeito para o transporte rodoviário, fazendo crescer a concorrência aos combustíveis fósseis, gasóleo e gasolina.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, há coisas de que tenho imensa pena, porque não depende da vontade intrínseca de cada um. Houve alguns projetos pelos quais lutei imenso.

Lembro-me que o primeiro autocarro que circulou a gás natural em Lisboa — lembro-me que era Ministro dos Transportes o Eng.º João Cravinho — circulou entre o Terreiro do Paço e a estação, na altura, da Gás de Portugal, e foi um projeto que abracei sobremaneira e tentei que se implementasse, porque o gás natural tem muito menos emissões do que o gasóleo e era essencial, quase imperativo, que se fizesse a reconversão numa cidade como Lisboa, que na altura não tinha ainda o nível de poluição que tem hoje, mas adivinha-se que estava em crescendo. O projeto não resultou. Não foi por falta de boa vontade minha nem das pessoas que trabalhavam comigo. Tentámos tudo. Era viável, era exequível e não funcionou. Em relação a isso, tenho imensa pena.

Tenho também imensa pena que não se tivesse levado o gás natural liquefeito para a Madeira. É uma ilha, tem fragilidades intrínsecas decorrentes do facto de ser uma ilha. Na altura, foi feito um plano pela minha equipa do terminal de Sines, que custou zero, em que disponibilizaríamos

gás natural à Madeira a um preço mais competitivo. O preço da eletricidade baixaria significativamente na Madeira e o impacto seria de tal maneira que equivaleria a, pura e simplesmente, retirar, no momento em que introduzíssemos gás natural liquefeito na Madeira, todo o parque automóvel ligeiro da ilha da Madeira. Não foi para a frente, não me pergunte porquê.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Era essa a pergunta, Sr. Engenheiro.

Só para terminar, também no último artigo que fez no *Público* refere que criticou, na altura, o Decreto-Lei n.º 35/2013, o da alteração das remunerações da energia renovável, e que alertou para as suas consequências. Diz que mencionou efeitos muitos prejudiciais. Queria que explicitasse, se faz favor, um pouco mais essas críticas, quem alertou ou avisou sobre os problemas desse decreto-lei, se foi consultado antes da sua publicação ou se o fez depois e quais os problemas que viu nesse decreto-lei.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não fui consultado, Sr. Deputado.

Já trabalho fora do País há seis anos. Costumo dizer, sem falsas modéstias, que sou um mero cidadão de Miranda do Douro, não tenho mais pretensões do que servir a causa da energia com todas as qualidades que me possam ser atribuídas e, sobretudo, com muito empenho.

Não fui consultado sobre decretos-leis. Alertei com certeza publicamente, que é a minha maneira de me exprimir. Exprimo-me quando tenho de me exprimir. Escrevo, às vezes publicam-me, outras vezes não me publicam, mas a maneira de me expressar é através dos jornais, emitindo a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Joel Sá, do PSD, para dar início à sua intervenção.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e, naturalmente, o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes, agradecendo os contributos que tem dado a esta Comissão, no esclarecimento que todos pretendemos relativamente àquele que é o objetivo da Comissão de Inquérito.

Queria começar por referir que todos temos consciência de que existem sobrecustos na tarifa da energia, sendo importante compreender como é que esses sobrecustos foram gerados, quem são os responsáveis pelos mesmos, quem deles beneficiou e o que poderemos fazer para melhorar esta situação.

No início dos anos 2000, havia um consenso sobre a necessidade de aumentar a capacidade de produção de energia elétrica. Houve uma intensa discussão sobre as tecnologias a utilizar para assegurar a capacidade de produção de energia projetada, respeitando os acordos entretanto estabelecidos relativamente às emissões de gás nocivo para o ambiente e a decisão dos vários governos foi a de apostar nas renováveis eólicas.

Em audições anteriores, foi várias vezes referido que a introdução de um grande aumento da capacidade de produção da energia eólica em regime de *feed-in tariffs*, no sistema já dominado pelos CAE e pelos CMEC, contribuiu para a criação de um «cocktail explosivo» e geraria um verdadeiro «monstro elétrico», como foi várias vezes apelidado e referido nesta Comissão por intervenientes anteriores.

Pergunto-lhe, perante a necessidade de implementar medidas que respondessem aos desafios ambientais colocados, se teria existido uma melhor alternativa à da aposta na produção de energia eólica.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — A minha resposta é taxativa, Sr. Deputado: não.



Na altura, os responsáveis pelo planeamento energético do País entendiam que havia necessidade de acudir para que não houvesse disrupções no sistema e de instalar nova potência e, tanto quanto sei, estavam fora de questão o nuclear e o carvão.

As centrais de ciclo combinado que estavam construídas podiam ser uma hipótese mas, por desígnio nacional, digamos assim, tendo em conta o que se passava no mundo, e já fomos tarde, achou-se que as energias renováveis eram uma opção a tomar, muito seriamente, em consideração.

Na altura, a tecnologia mais madura era a eólica – a tecnologia fotovoltaica ainda estava numa fase muito incipiente –, era a tecnologia que estava provada, era a tecnologia em que não havia aventuras. A Dinamarca, na altura, era líder mundial quer na produção, quer na instalação. Havia países, como a Alemanha, que tinham instalado dezenas de milhar, acho que eram já 18 000 MW em potência eólica. Estamos a falar do princípio deste século.

Em Portugal, quando se pergunta se houve voluntarismo, a minha resposta é que não, acho que não houve. Não tivemos voluntarismo, limitámo-nos a seguir, de alguma maneira, as diretivas europeias e até mundiais, porque foi na altura em que se estava a fazer o descomissionamento de muitas centrais. As centrais a *fuel oil* fecharam todas. O nuclear, fruto dos acidentes que já tinha havido, começou a incorporar alguns custos, algumas tonalidades que entretanto estavam debaixo do tapete e tiveram de ser assumidas, tais como os riscos dos resíduos, os riscos ambientais, os riscos para a segurança, etc., deixou de ser viável. Podemos falar sobre isso, sobre a central que tentaram introduzir, na altura em que havia o concurso da ENEOP cá em Portugal, que era uma central igual à da Finlândia. Podemos falar sobre isso.

Portanto, na altura, achou-se que a tecnologia que estava apta a entrar em funcionamento era a energia eólica. E fez-se sem disrupções no sistema.

Sr. Deputado, há gente que diz «o monstro». Volto a dizer que chavões e dichotes servem para «agitar a marabunta», mas não trazem esclarecimento nenhum e as pessoas que utilizam esse tipo de argumentação são incompetentes tecnicamente, portanto, utilizam chavões para fazer valer as suas ideias, não trazem esclarecimento nenhum. Não há «monstro elétrico» nenhum, isto funciona sem disrupções. Aliás, vou dizer-lhe que o sistema energético nacional acudiu duas vezes a dois apagões em Espanha, aí sim, por falha abrupta de uma das centrais nucleares. Duas vezes! Eles não tiveram apagão em Espanha, porque o sistema português, onde está o tal «monstro», foi lá acudir.

Portanto, nunca houve disrupção, não houve excesso de voluntarismo. Se calhar fomos tarde, mas ainda bem que fomos, e o que nunca devíamos ter feito era ter parado da maneira como parámos. Quando, em 2011, se mandou para a falência uma série de pequenos promotores do fotovoltaico — foram mais de 3000, Sr. Deputado, mais de 3000 que foram para a falência, pequenas empresas, algumas unifamiliares! —, isso foi, do ponto de vista económico, quase criminoso. Isso é que nunca se devia ter feito. Devíamos ter continuado, porque não podemos andar aos supetões. Mesmo num carro, é desconfortável uma pessoa andar aos supetões, é preciso ter um ritmo calmo de condução.

Começámos bem, ganhámos algumas sinergias e hoje exportamos tecnologia para a maior parte dos países. Hoje faço parte de um conselho de supervisão de uma empresa que, por acaso, tem um grande ativo cá, que é a Generg, e que exporta tecnologia para a maior parte dos países. Mandamos técnicos para Itália, para Espanha, portanto, são referência. Houve uma altura em que as nossas exportações de mão-de-obra, chamemos-lhe assim, em que a nossa emigração era não-qualificada; hoje são qualificados e estamos a deixar cair esse capital de ganho tecnológico que tivemos, com a vinda da ENERCOM, com os ganhos que tivemos, com os recursos. Hoje em dia, na

academia, nomeadamente no INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), faz-se do melhor que há no mundo em termos de algoritmo de previsibilidade do vento!

Portanto, dizer que isto é um «monstro elétrico» é um disparate completo. Quase nem merecia comentários, Sr. Deputado.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro, mas é uma afirmação que continua muitas vezes a ser utilizada.

Perguntava-lhe se, na sua opinião, foram devidamente ponderados os impactos que seriam gerados pela produção massiva de capacidade de produção eólica num sistema dominado por produtores com CAE e CMEC.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, o sistema que temos não é CAE nem CMEC. A ENEOP não tem nenhum CAE nem nenhum CMEC.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O sistema é que já existia com CAE e com CMEC, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O Sr. Deputado perdoar-me-á, mas não posso pronunciar-me sobre coisas que não me dizem respeito, sobre os que estão para trás, os que não estão para trás...

O que sei é que... Ou melhor, o que lhe digo é que é minha convicção firme que a melhor maneira de desenvolver um sistema elétrico harmonioso, estável do ponto de vista técnico e do ponto de vista financeiro, é ir ao mercado, lançar concursos, ver quais são as melhores maneiras, quais são as melhores tecnologias, qual é a melhor maneira de baixar a tarifa. Essa é a melhor maneira de irmos ao mercado.

No caso da eólica, naquilo que me diz respeito, isso foi cumprido integralmente.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O que lhe perguntava era se o sistema não ficou sobrecapitado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não, Sr. Deputado, não ficou sobrecapitado.

Aliás, neste momento, mesmo tendo parado de investir, em Portugal, continuamos... É verdade que, por abrandamento da atividade económica, houve uma diminuição da necessidade do consumo, mas desde 2011 que não se investe 1 MW em Portugal — desde 2011! Portanto, não há sobrecapacidade, porque o sistema está a funcionar com alguma harmonia.

Quando é planeada uma execução de instalação de potência, isso não é feito em cima do joelho, são coisas que são... Intervém a DGE (Direção-Geral de Energia), intervém a REN (Redes Energéticas Nacionais), intervêm uma série de atores que têm a obrigação de prever que aquilo que vai ser feito tem pés e cabeça, tem um princípio, um meio e um fim.

É um planeamento que tem que ver com a armazenagem... Por exemplo, as soluções de armazenagem são denegridas de uma maneira... Porquê? A armazenagem, hoje em dia, é uma forma de dar estabilidade ao sistema e começou a haver armazenagem muito antes de se pensar em eólicas ou em renováveis. A primeira central de bombagem foi a da Aguieira, em 1976 ou 1977, numa altura em que ainda nem se pensava em energia renovável, ainda estávamos na fase em que era proibido usar gás natural para a produção de eletricidade.

Portanto, os sistemas são feitos com um planeamento rigoroso que tem de considerar que — como eu dizia ao Sr. Deputado Hélder Amaral — não podemos ficar sujeitos a ir ao interruptor e não ter luz. Isso, sim! Mas isso é

uma garantia, porque é um bem essencial. Hoje em dia, nem as famílias nem as empresas podem sofrer disrupções no sistema de fornecimento de energia.

Tendo em conta que deve ser feito nas melhores condições económicas, a melhor maneira de o fazer é aquela que referi, na minha perspetiva.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Já foi referido por diversas vezes nesta Comissão que os produtores de energias renováveis, em Portugal, tiveram lucros anormais. Isso foi aqui referido várias vezes, como disse.

No relatório *Rents in the Electricity Generation Sector*, anexo IV, página 3, podemos ler: «Nestes termos, podemos concluir que a rentabilidade típica observada nos projetos dos parques eólicos portugueses seguiu o mesmo padrão e o mesmo intervalo que os observados noutras referências europeias, como sejam a Alemanha e a Espanha.»

Há também um estudo preparado pela Secretaria de Estado da Energia, em 2012, com base na análise de várias consultoras, incluindo a de Cambridge, no que diz respeito à PRE (produção em regime especial), eólica em particular. Esse estudo, apresentado no relatório da Secretaria de Estado, conclui que a rentabilidade média dos projetos foi de 6,2% para o período entre 2000 e 2010 e virtualmente idêntica à média do custo de capital exigível pela WACC (*weighted average cost of capital*) real após impostos, de 6,1%.

Considerando os dados desse estudo, pergunto-lhe como é possível concluir, na sua opinião, que há rendas excessivas nos contratos de produção de energia eólica. Conhece algum estudo que confirme a existência das ditas rendas excessivas?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não conheço nenhum estudo credível.

O estudo que referiu, dessa secretaria de Estado, não me merece a mínima credibilidade, bem como o próprio secretário de Estado da altura. Preferia não tecer comentários, porque, eventualmente, teria de ser deselegante e não é meu timbre ser deselegante. Portanto, preferia passar à frente desse tema, se me permitir.

Não conheço nenhum estudo credível que diga que há excesso de rentabilidade na energia eólica e, nomeadamente naquilo que me diz respeito, tenho a certeza de que não há excesso de rentabilidade. É a rentabilidade adequada.

Tanto assim é que, hoje em dia, os promotores eólicos estão disponíveis para partilhar os benefícios futuros que o abaixamento do custo do equipamento, que o Sr. Deputado Hélder Amaral referiu, pode ter no futuro. Isto é, os promotores eólicos que forem chamados a contribuir para o futuro estão disponíveis para partilhar isso com o sistema e não ter ganhos excessivos na sua rentabilidade. Esta é uma afirmação que lhe posso fazer com toda a garantia.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O Sr. Engenheiro não acha que teria sido mais prudente aguardar uma maior maturidade nas tecnologias e conseqüentemente nos respetivos custos, programando um maior espaçamento temporal entre investimentos?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não creio, Sr. Deputado. Não podemos estar à espera do ovo, a ver se ele aparece. Como lhe disse, esses sistemas de planeamento são rigorosos e, quando são feitos, têm uma razão de ser.

Não são feitos — calculo eu — pelos promotores, são feitos por entidade pública, é o Estado que define isso. Também não são feitos para escoar equipamentos que estão em *stock* para serem vendidos ao melhor

preço, são feitos porque se prevê que haja necessidade de fazer esses investimentos, e não é por entidades privadas, são as entidades públicas que têm a seu cargo a gestão e a previsão deste tipo de planeamento.

Quando são feitos, não podemos estar à espera e dizer: «Eu, agora, precisava de instalar 20 MW, mas vou esperar dois anos, porque pode ser que ele venha a baixar.» Isto não é como jogar na bolsa, são coisas muito rigorosas. Portanto, quando são feitos, na altura, é para acudir com o que temos, e o que temos é aquilo... Se o preço é caro ou barato... O conceito de «caro» ou «barato» é sempre subjetivo, Sr. Deputado.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Engenheiro, concorda que a ociosidade que se verifica no sistema existente é devida sobretudo, ou em maior medida, à introdução de capacidade elétrica através de energia eólica em *feed-in tariffs*, tal como sugerido em audições anteriores?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não percebi a pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Volto a perguntar: concorda que a ociosidade que se verifica no sistema existente...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Ociosidade?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — ... — sim — é devida sobretudo à introdução de maior capacidade de produção através de energia eólica, tal como foi sugerido em várias audições anteriores?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não vejo ociosidade em lado nenhum. As energias são dinâmicas, não são ociosas.

Há, de facto, uma tentativa de fazer uma colagem utilizando um estigma das energias renováveis, que é a intermitência. Algumas das pessoas que vieram intitular-se de «peritos», que nunca instalaram 1 MWh na sua vida — e é bom que as pessoas tenham conhecimento disto —, mas são peritos de energia...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Vieram cá!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Vieram cá, nessa qualidade de peritos, atribuir às renováveis a intermitência como uma fatalidade e um estigma.

Todas as energias têm intermitência e, hoje em dia, a intermitência nas renováveis é conhecida. Foi durante muito tempo... Temos de contextualizar historicamente. O sistema elétrico nacional baseou-se, durante muito tempo, na hídrica, nem havia térmica.

O Sr. **António Topa** (PSD): — E bem!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — E bem!

Ora, a hídrica tem uma intermitência sazonal brutal: há anos secos e há anos húmidos. Nessa altura, até se instituiu um sistema que era um fundo para acudir nos anos secos e para beneficiar nos anos húmidos, portanto, os anos húmidos contribuía para os anos secos — até isso!

O sistema viveu muito bem durante muito tempo. Porquê? Porque a arte dos técnicos, a arte dos engenheiros é saber lidar com os obstáculos, não é dizer: «Aqui d'el rei que o verão e o inverno são fatalidades!» Ainda bem que há verão e inverno! Imaginem que era só verão! E, para os que gostam do inverno, ainda bem que há!



A intermitência é uma característica das situações. A intermitência que me incomoda é aquela que não se pode controlar, porque esta, hoje em dia, é...

Digo mais uma vez: fruto do desenvolvimento tecnológico feito em Portugal, na área da academia, nomeadamente no INESC, há algoritmos com uma previsibilidade de recurso eólico que são de um rigor absolutamente espantoso. Conseguimos saber, com alguns dias de antecedência, dois ou três dias, quase com todo o rigor.

Essa interruptibilidade é previsível e, portanto, o sistema ajusta-se... Quando é feito um planeamento, sabem que têm tanto de eólica, sabem que têm tanto de solar, sabem que têm tanto de hídrica e adaptam-se. É para isso que existem os engenheiros, não se demitem da sua função e estão cá para acudir aos problemas.

A intermitência que não é previsível, como uma avaria súbita numa central nuclear que deita 2000 MW abaixo no sistema — e essa, sim, provoca um apagão —, é que me preocupa.

Portanto, a ociosidade é só, mais uma vez, um dichote daqueles que dizem: «Temos a bombagem a funcionar para não sei quê! Temos a central de ciclo combinado a funcionar em *backup*!» Nada disso! O *backup* só existe por uma questão de segurança internacional, é uma norma. E o valor do *backup* é igual ao da central térmica simples de maior dimensão, neste caso, 400 MW, mas, se tivéssemos uma central nuclear, era de 1600 MW. Mas é um conceito de segurança internacional.

Ora, não há nenhuma ociosidade. O sistema funciona porque quem está no despacho, no planeamento, sabe e prevê o que é que vai entrar em cada momento e joga com isso. Não há nenhuma arte de tirar coelhos da cartola, é jogar com as características de cada forma de energia.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Muito obrigado pelo seu esclarecimento, Sr. Engenheiro.

Houve anos em que o sobrecusto da cogeração foi superior ao da produção de energia eólica, no entanto, não há polémica quanto aos custos que esta fonte de energia acresce ao sistema elétrico. Pergunto-lhe qual é o motivo, na sua opinião, de se questionar tanto as rendas nas eólicas e não se questionar, por exemplo, as rendas na cogeração.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não questiono nem umas nem outras.

Acho que a cogeração é a melhor maneira de produzir energia elétrica para as empresas que tenham necessidades de calor, não é para aqueles que quiseram fazer centrais de cogeração de 500 MW para fazer disso um negócio. Agora, para as empresas que têm necessidades de calor e que têm recursos, por exemplo, até de energia alternativa, como biomassa, a melhor maneira, a mais eficiente, é através da cogeração.

Não acho que haja nenhum sobrecusto, nem na eólica nem na cogeração. Não sou dos que falam nisso, portanto, se alguém diz, não sou eu.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Diversas personalidades do setor da energia, algumas já ouvidas nesta Comissão, referem que todas as metas de redução de gases com efeito de estufa — no que diz respeito a energias renováveis e eficiência energética — vão ser cumpridas e estão, até, já acima das metas estabelecidas para 2020. Deste modo, o argumento para continuar a apoiar as energias renováveis faz menos sentido, porque Portugal se encontra bem encaminhado para cumprir as metas europeias e o acordo de Paris.

Pergunto-lhe qual é a sua opinião sobre este tema.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Infelizmente, não vamos cumprir as metas, Sr. Deputado. Estamos abaixo de cumprir as metas já para 2020.

Mas o que seria se nós... Há pouco perguntava-me: não houve excesso de voluntarismo ao introduzir energia eólica? Em que ponto é que estaríamos?

Se, mesmo assim, já não vamos cumprir as metas de 2020, se não tivesse sido feita a aposta na energia eólica na altura em que foi feita, em que ponto é que estaríamos e como é que iríamos sair na fotografia para dar cumprimento a essas metas internacionais com que nos comprometemos?

Aí é que seria quase impossível, porque, assim, ficaremos pouco abaixo. Se não tivéssemos feito a aposta nas energias renováveis, nomeadamente na eólica, seria impossível conseguir essa meta.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O anterior Governo conseguiu um compromisso para aumentar as interligações entre a Península Ibérica e a França. Foi referido nesta Comissão que os produtores de energia eólica, beneficiados por tarifas *feed-in*, receariam, de algum modo, o reforço das interligações à Europa. É verdade?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, tanto recearia que, quando estive no gabinete do secretário de Estado da energia, fui das pessoas mais se bateram para que houvesse interligações energéticas, quer elétricas quer de gasoduto.

Quem obstava a isso era exatamente o setor nuclear francês, porque não queria ter concorrência. Os Srs. Deputados não fazem ideia, mas cerca de 80%... Não queria dizer que não fazem ideia, peço desculpa, mas com certeza que não têm a acuidade informativa que lhes permita estar a par deste pormenor, mas o sistema elétrico francês tem mais de 80% de energia produzida com base no nuclear. Quando chega o verão, muitas das centrais

são em caudais de rios que, devido à seca, às alterações climáticas — na altura em que foram instaladas tinham determinado caudal que, agora, é muito inferior —, não têm caudal nem para refrigerar as centrais. E então as centrais fecham.

Este ano fecharam quase todas do vale do Loire. São várias centrais. Sabem qual foi a consequência? A consequência é que o megawatt-hora que a França teve de pagar para importar energia, para satisfazer o seu sistema elétrico durante mais de um mês, foi acima dos 400 €/MWh.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O Decreto-Lei n.º 35/2013 tem sido aqui atacado porque se diz que foi um péssimo negócio para o Estado e um bónus para os produtores eólicos.

Já se referiu a este tema, mas queria que esclarecesse esta comissão sobre os moldes concretos deste acordo e que nos explicasse mais em pormenor e detalhasse mais esta questão.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, com todo o gosto, embora eu não tivesse sido subscritor, não fazia parte, já não estava sequer no País quando isso foi negociado. Já estava a trabalhar fora. Mas acompanhei e, enfim, interessei-me pelo que se passa aqui. E vi o que se passou.

Os promotores eólicos não foram eles que desencadearam este processo, como eu disse, eles foram chamados a acudir, a diminuir o défice tarifário e prontificaram-se a fazê-lo.

E fizeram-no, de acordo com o secretário de Estado da altura, que era o Dr. Artur Trindade, através de uma fórmula que, tanto quanto sei, foi muito difícil de conseguir. Houve promotores eólicos que não quiseram subscrever. Não quiseram subscrever porque disseram que o mercado iria provar que eles tinham razão — o tal mercado que iria subir tanto que eles não queriam

—, mas a maior parte dos promotores eólicos subscreveu. E subscreveu de boa fé, com uma base e com um teto. Portanto, a banda de evolução era com uma base e com um teto, associada à tal coisa a que chamo «aberração», que se chama o mercado elétrico.

E já disse, isto em rigor, para sermos rigorosos, só conseguimos aferir no final do ciclo se isto foi benéfico ou não foi benéfico para o sistema elétrico ou se foi para engrossar os chorudos lucros dos promotores eólicos, que não pediram para fazer este decreto-lei.

Uma análise séria de sensibilidade tem de percorrer... Não é uma fotografia pontual que nos sirva para ficarmos de lado, no sítio em que temos menos sinais na cara, não é para ficarmos bem na fotografia, tem de ser uma análise de sensibilidade para mostrar como é que as coisas evoluem. E o que vos digo é que para valores da dita «aberração» superiores a 53 €/MWh, o sistema elétrico nacional sai altamente beneficiado. Portanto, não vejo que daqui possa ser assacada qualquer tentativa de usura aos promotores eólicos.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Referiu, na sua apresentação, vários benefícios para a economia decorrentes dos processos de atribuição de potência eólica entre 2002 e 2007. Também noutros processos o Orçamento do Estado encaixou muitos milhões de euros que foram, e continuarão a ser, suportados pelos consumidores de energia elétrica. Refiro-me aos processos de atribuição dos CAE da EDP, da privatização da EDP, dos diversos leilões de capacidade de produção no âmbito da PRE, para não falar das taxas de audiovisuais.

Pergunto se, na sua opinião, será possível concluir que há um excesso de receitas orçamentais à custa de incrementos na fatura da energia. Simplificando: não será sempre o Estado, e o Orçamento do Estado, o primeiro e o maior beneficiário das chamadas «rendas da energia»?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Volto a dizer que o sentido depreciativo que é dado às rendas de energia para mim não encaixa e, portanto... Não encaixa, mas foi lançado, é um daqueles dichotes que cola, mas para mim não encaixa. E, sobretudo no projeto em que tive responsabilidades, não se aplica de todo. Pedia que retirassem a ENEOP deste pesadelo. Não temos nenhuma renda excessiva da energia.

O que lhe posso dizer é que a melhor maneira — volto a referir, e estou a repetir-me — de aferir se uma forma de energia é competitiva ou não é aferi-la no mercado. Não há melhor maneira. Nós só sabemos se a piscina está quente ou fria se metermos lá o dedo. Se estivermos a hesitar não tomamos banho.

Portanto, a melhor maneira é dizer: «querem saber se o mercado está...», até podia não haver ninguém a concorrer, dizia «olha, com essas condições vão vocês, façam vocês». Mas, se o Estado quiser continuar a assegurar a estabilidade de um sistema que é fundamental para o desenvolvimento económico do País, como é o sistema elétrico, e achar que vai ter necessidade de enfrentar as alterações climáticas e ir descomissionando as energias mais poluentes, substituindo-as, gradualmente, até ter, integralmente, um sistema elétrico fornecido por energias renováveis... se quiser fazer isso, a maneira mais segura de saber que isso é feito de maneira competitiva, para benefício dos cidadãos, é através de concursos; concursos claros e transparentes. Claros e transparentes!

Aí se afere se, de facto, aquilo funciona ou não funciona. É a melhor maneira.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Engenheiro, a pergunta é se o dinheiro não vai para o Orçamento do Estado e são os consumidores a suportá-lo, o que não deveria ser.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sobre os impostos sou a última pessoa que se poderá pronunciar. Acho que VV. Ex.<sup>as</sup> têm muito mais legitimidade para se pronunciarem sobre os impostos do que eu.

O que afirmo é que, quando se diz, é um dos outros chavões, que «Portugal tem a eletricidade mais cara da Europa», tal não corresponde à verdade. De acordo com o EuroStat, se retirarmos da equação a paridade do poder de compra... Essa aplica-se não só à eletricidade, mas também às matérias-primas fundamentais, como o petróleo, como o aço; aplica-se aos bens de primeira necessidade, como o trigo, o arroz, a carne; por isso, porque raio é que se há de identificar e separar a energia?! Aplica-se a todos!

Nós somos o País que somos, temos os bens que possuímos, temos as capacidades que conhecemos e, portanto, temos de importar ao custo a que as coisas são. Depois, temos o IVA (imposto de valor acrescentado). Não se esqueça de que temos o IVA mais caro da Europa para a energia elétrica. Se expurgarmos estas duas situações, estamos abaixo da média europeia. Nós estamos abaixo da média europeia, em termos de energia elétrica.

Portanto, se o Estado arrecada demais com a energia e é o principal beneficiário, não me cabe a mim dizê-lo. Não sou eu que... Eu não fui eleito, nem me vou candidatar para ser eleito e VV. Ex.<sup>as</sup> é que têm um papel fundamental para dizer se consideram adequado ou não que os impostos aplicados sobre esta ou aquela matéria-prima, ou sobre este ou aquele bem, são fundamentais ou não e questionarem o Governo e obrigarem o Governo a mudar as suas posições. Não me cabe a mim fazê-lo.

Há uma coisa que me parece um bocado aberrante, de facto. A taxa de audiovisual devia estar nas telecomunicações e não na energia, porque é «audiovisual», não é «áudio-energético». Portanto, não faz sentido nenhum estar aqui. Se querem tê-la, ponham-na nas telecomunicações. Se tem de ser posta, tirem-na daqui, tirem-na deste pesadelo.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Teria aqui mais uma questão sobre a opção do nuclear, mas o Sr. Engenheiro acabou por já responder.

Da parte do PSD terminamos aqui, damo-nos por satisfeitos com as suas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Partido Socialista, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Anastácio.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro Aníbal Fernandes, em primeiro lugar, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria agradecer a sua disponibilidade para estar aqui connosco, a contribuir para o esclarecimento de um conjunto de temas que, no fundo, são a razão de ser desta Comissão.

De alguma maneira, o que temos hoje, o nosso mandato, digamos assim, o nosso escopo é aferirmos, no fim, se houve ou não, ou se há, rendas excessivas na temática energética. No fundo, essa é a grande questão desta Comissão e o objetivo que se nos coloca.

Na sua intervenção, o Sr. Engenheiro já fez aqui, diversas vezes, a apologia — e penso que, com juízo até de concordância da minha parte, que lhe acrescento — do concurso, do mercado. E mercado nesta perspetiva que o Estado teria — na sua componente de ter de, alguma maneira, assegurar o planeamento do mercado e a satisfação de uma necessidade e de uma política energética para o País —, de grande medida para resolver, precisamente, os problemas. O mercado daria a resposta.

Compreendo isso, à luz de toda a exposição que fez, particularmente do projeto que liderou, mas, apesar disso tudo, e percebo a forma empenhada e até emotiva com que, por vezes, põe as questões, não deixou de ser chamado e ser qualificado e — desculpe-me lá a frontalidade — de rentista,



por alguns ou estar no grupo de... Apesar de ter aqui, claramente, assumido que a vossa posição é uma posição de mercado.

Sr. Engenheiro, como é que, na sua perspetiva, vê esta qualificação, que, no fundo, é uma imputação feita às energias renováveis, face à experiência que viveu no projeto que liderou?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Peço desculpa pela maneira empolgante como falo, mas é o meu timbre. Espero que não considerem ofensivo...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Não, não! Antes pelo contrário!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Falo assim aqui, falo em família, falo com os amigos, é a maneira... Quando não estou convicto, calo-me; quando estou convicto, falo. De maneira que espero que tenham em conta este meu temperamento.

De facto, tenho consciência de que me colaram esse e outros epítetos, mas, vindo de quem vem, para mim, é uma honra. É que as pessoas que me colaram esse epíteto não me merecem, como disse aqui, qualquer comentário, pelas suas competências técnicas, pela sua seriedade intelectual. Portanto, se fosse uma pessoa que eu prezasse, se fosse uma pessoa como, por exemplo, o falecido e distinto Eng.º Nobre da Costa, que era uma pessoa que eu muito prezava na área da engenharia, que me viesse dizer essas coisas, ficaria muito ofendido. Vindo de quem vem, só considero um elogio! Não me ofende; não ofende.

Acho que há, de facto, um sentido depreciativo e, como digo, muitas vezes, quando as pessoas não têm razão, inventam frases feitas para se cobrirem, porque cai bem; cai bem. Usando uma terminologia simplista, cai bem, «rendas excessivas» cai bem.

Mas, como disse, no caso concreto em que eu... Onde é que está a renda?!

Nós fizemos um contrato, foi um contrato que tinha regras claras, à partida, de quem o promoveu, e às quais nós respondemos. Fomos a jogo com mais uma série de empresas de grande renome internacional e batemo-nos para ganhar o concurso, nas condições que nos tinham proposto. Onde é que está a renda? Onde é que está a excessividade? Se é um contrato que é... Não aponte nunca nenhuma pistola ao Diretor-Geral de Energia para ele assinar o contrato, nem a nenhum Ministro. Foi um contrato assinado de livre vontade. E, como tentei demonstrar aqui — espero ter conseguido —, de grande benefício para o País, de grande benefício para o País! Quando digo, sem falsas modéstias, que é o projeto mais importante que foi feito, em termos industriais, a seguir à Autoeuropa, não estou a brincar. Estou convicto daquilo que estou a dizer!

Os senhores podem achar que sou um exagerado, não sou! Os efeitos que isto tem na economia nacional são fundamentais na criação de emprego. Não houve mais nenhum projeto desta índole que criasse os empregos que criou este. Portanto, quando respondemos a essa chamada, pública, transparente, monitorizada, escrutinada, etc.... Onde é que está a excessividade? Onde é que está a renda? Há um contrato! Não há renda nenhuma, não há excessividade nenhuma... Mas cai bem, a quem não tem política energética, a quem não sabe desenvolver a sua função, lançar um *soundbite*, quando esteve sentado numa cadeira e não fez nada durante os meses em que lá esteve — rigorosamente nada, e isso os senhores podem ver —, sabe bem lançar uns dichotes destes.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Indo, concretamente, à questão que, no fundo, tem que ver com uma renda excessiva — pegando, digamos assim, numa procura de significado —, seria algo que se pagaria a mais, com

o que seria devido por uma lógica de mercado, portanto, seria uma remuneração acima do investimento que foi feito, saindo das condições de mercado.

O Sr. Engenheiro fez uma comparação, há pouco, com a questão do gás natural e estabeleceu um certo paralelismo entre as condições em que foram lançados os concursos relativamente ao gás natural e as condições em que foram lançados os concursos das eólicas, onde participou também. Entende que no caso, por exemplo, do gás natural, houve um benefício não legítimo em relação às condições de aparecer no mercado com essa fonte de energia?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado Fernando Anastácio, não, de todo. Disse-o na minha intervenção, quando fiz aquela comparação foi para contextualizar, porque se não tivesse havido aquele apoio, não havia projeto de gás natural em Portugal. Não se tinha feito, pura e simplesmente. Portanto, aquele apoio foi fundamental. E disse-o, tenho muito orgulho em ter conseguido. Calcorreei durante dois anos para Bruxelas todos os meses. Tive reuniões com três comissários diferentes, com três gabinetes de comissários diferentes, e tenho muito orgulho por aquele projeto ter sido apoiado pela Comissão da maneira como veio a ser, mais tarde, o Terminal de Sines. Era fundamental, não houve excesso nenhum. Ele não se tinha feito, repito, não se tinha feito se não fosse assim. O de Sines foi, nomeadamente, em *project finance* também. Foi um projeto exemplar, foi dos primeiros projetos com o apoio do BEI (Banco Europeu de Investimento) e não se teria feito se não houvesse essa contribuição. São os dados da equação.

Quando estabeleci essa comparação foi para dizer que ao mesmo tempo que estávamos a responder ao concurso que a ENEOP ganhou, estava a ser construída uma central de ciclo combinado à qual não foi solicitado

investir em novos *clusters* industriais, criar empregos, contribuir para o fundo de invocação, etc. Não foi nada disso. Pediu uma licença, deram-lha e construíram-na. O que digo é que mesmo que não nos tivessem retirado esse requisito de ter dado essa contribuição toda, que era muito dinheiro! É que 70 milhões de euros em fundo perdido é muito dinheiro; 10 milhões de euros por ano para os municípios e para os proprietários de terreno é muito dinheiro; a criação de 1700 postos de trabalho diretos perenes, que ainda estão a funcionar, é uma benesse monumental para o País! Na altura, acudíamos ao Vale do Ave, que estava em *phase-down*, havia desemprego no Vale do Ave, e pusemos muita gente a trabalhar na fábrica de Lanheses, pusemos muitas mulheres a trabalhar lá, mais de 50%. Isto tem benefícios sociais incalculáveis para o País. Mas mesmo que não nos retirassem isso, se tivéssemos concedido... É que aqui trata-se de dizer «subsidição», é a tal história, «estes fulanos foram subsidiados». Não fomos nada subsidiados! Nós é que subsidiámos a economia nacional!

A tarifa que propusemos foi aceite. Foi a melhor tarifa de entre aqueles quatro consórcios que apareceram. Não houve nenhum que propusesse mais do que isso e essa é que é a aferição do mercado. O mercado não estava disponível, porque se tivéssemos sido exagerados, haveria um que teria oferecido 60 € ou 65 €, mas ninguém o fez, todos foram acima de 70 € e nós fomos mais baixo. Portanto, onde é que está o exagero, a excessividade da tarifa? Não está em lado nenhum! Ela foi aferida num concurso público, transparente e internacional.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, chegados à determinação da tarifa, por força desse concurso, e aceitando, obviamente, que estamos num estado de direito, temos concursos, temos contratos, temos obrigações, a questão que se pode levantar também é quando, digamos, na pendência desses contratos ou dessas obrigações, que as partes conheciam

do ponto de partida, onde começava e onde chegava, se fazem alterações a meio. Ou seja, quando digo alterações, elas podem ser da mais variada natureza, por exemplo, pode ser a variação da tarifa, ou algum prémio, ou alguma contrapartida, ou uma extensão de prazo. Nesse caso, não acha que possa haver uma violação dessas regras de concurso, de mercado e de partida, digamos assim, contratuais?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, se me permite, o benefício que foi proposto pelo promotor ENEOP ao Estado foi aquilo que ofereceu para além da tarifa. Portanto, comprometeu-se a... É que, antes disso, atribuiu-se a potência eólica sem contrapartidas. E dissemos «benefício», para além de a tarifa ter sido drasticamente reduzida em função dos ganhos, que o Sr. Deputado Hélder Amaral há bocadinho referia, de abaixamento dos custos...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Está aí ao seu lado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Oh, está aqui. Peço-lhe perdão, Sr. Deputado, estava tão distraído que nem reparei.

*Risos.*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não é pelas melhores razões, é que me disseram que eu era o mais velho, portanto...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, como diriam os franceses, «*Vous cherchez le compliment*».

O que estava a dizer era que esses benefícios foram propostos tendo já em conta a incorporação do amadurecimento da tecnologia que provoca

abaixamento dos custos das máquinas. Isso foi feito pela tarifa muito mais reduzida, na ENEOP, em 2006 do que em 2001/2002. Depois, mais tarde, ainda veio a reduzir e, para o futuro, os promotores, pelo que tenho visto, já oferecem preços bastante mais baixos do que 70 € quando se trata, por exemplo, do *repowering*, isto é, da nova potência para aumentar eficiência dos parques substituindo máquinas existentes por máquinas mais eficientes. Já estão disponíveis para baixar a tarifa, portanto, há aí um ganho.

O benefício que deu, na altura, é no momento em que se assina o contrato. No momento em que se assina o contrato, assinou-se e são contratos por 15 anos ou um limite de potência atingível se as máquinas forem, de facto, de alto rendimento, podendo ser de 13 anos. Isto é, os parques da ENEOP deixarão de ser remunerados dentro de cinco anos. Dentro de cinco anos deixam de ter qualquer remuneração, ao contrário de outros projetos postos e atribuídos anteriormente, que eram por 25 ou 30 anos, ou das centrais nucleares, que são por 50.

Estamos a falar de coisas substancialmente diferentes e o benefício que foi dado pela ENEOP, na altura da assinatura de contratos, foi «sim senhora, aceitamos, como contrapartida, contribuir para o desenvolvimento económico do País».

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, também poderá fazer a justiça da apreciação de que na altura, quando esses foram decididos, esses prazos de duração também faziam sentido face ao conhecimento tecnológico e à previsibilidade dos materiais.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, o que lhe disse já nesta audição, e não queria estar a repetir-me, foi que a Enercon, quem vendia as máquinas aos promotores... Não foi nada fácil juntar o comprador e o vendedor no mesmo saco, não imagine que foi fácil, mas conseguimos.

A Enercon, que iria produzir as máquinas em Portugal naquela altura, iria investir, e investiu. Comprometeu-se a investir, em 2006, com um determinado montante que só se viria a concretizar depois, as máquinas só viriam a sair a partir de 2010/2011, só iriam ser instaladas muito mais tarde, quando as fábricas estivessem construídas. O risco que a Enercon assumiu foi o de, na altura, dizer que iria investir em Portugal, naquelas fábricas, sabendo que tinha o escoamento para um determinado preço daquelas máquinas que lhe permitia fazer o cálculo de rentabilidade interna. Isto é tão simples como um plano de negócios.

No entanto, se me diz que, como disse há bocadinho o Sr. Deputado Duarte Alves, «os contratos são imutáveis», eles não o são, mas têm de ser de comum acordo, não podem ser impostos unilateralmente, porque essa é uma violação grave do estado de direito. Isso é que não pode ser e era contra isso que me insurgia na altura, era o que queria dizer com risco tarifário. Risco tarifário é que não! Já me chegam os outros riscos. Já me chegam os riscos das inundações que estamos a enfrentar. Já nos chegam os riscos dos ciclones que não existiam em Portugal e agora passam a existir. Isso já nos chega! Esses não podemos controlar! Agora, o risco tarifário conseguimos controlar.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, qual é a sua apreciação crítica, como técnico e conhecedor do mercado, da relação de equilíbrio entre as diferentes fontes de energia no mercado nacional? Ou seja, considera-a equilibrada? É suscetível de ser desenvolvida ou precisa de um reequilíbrio? Se precisar de um reequilíbrio, na sua perspetiva, em que sentido?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, as coisas não são em abstrato. Temos de referenciar-nos: Portugal, 2018, 2030; num cenário em

que as alterações climáticas não são a «história da carochinha», como muitos dizem, mas são realidades que nos vão trazer muitos dissabores. Com base nisso, o sistema eletroprodutor, não sendo o único, tem uma quota-parte de responsabilidade e temos a obrigação de antecipar as coisas, para que não haja acidentes como o de Borba, e temos a obrigação de antecipar os perigos. Estamos aqui — e acho que é essa também a intenção dos Srs. Deputados — para antecipar como é que se prevê o futuro e para tirar diretivas para o futuro. Neste cenário, em que uma ameaça para as próximas gerações está em curso, está a decorrer, o sistema eletroprodutor tem de sofrer uma reconversão drástica, repito, drástica. Não é abrupta, não sou apologista de disrupções. Tem de ser gradual e harmoniosa, onde têm de ir convivendo cada vez menos combustíveis fósseis, em particular o carvão — o carvão tem de fechar e Sines já devia ser descomissionada —, e tem de ir penetrando, à medida que isso for tecnicamente possível, mais energia renovável, nomeadamente fotovoltaica, que faz todo o sentido dada a taxa de insolação que temos em Portugal e que cada vez vai ser maior. Cada vez vai ser maior. Tem benefícios. Haverá mais secas mas enfim, para a questão energética vai ser um contributo positivo.

Temos de ir invertendo a matriz, que hoje é de dois grupos a carvão, que têm de ser descomissionados o mais rapidamente possível — temos grupos de ciclo combinado que bastam para o que é possível —; temos de apostar cada vez mais nas energias renováveis alternativas, nomeadamente no *repowering* de parques eólicos existentes. Ou seja, na substituição de máquinas que foram instaladas na década de 2010, portanto, há oito anos, por outras muito mais eficientes do ponto de vista de rendimento. Isto é, com menos máquinas podemos produzir mais energia. Como esse é um investimento que não é de raiz, vai ser possível, a partir daí, utilizar infraestruturas partilhadas que já lá estão: redes de distribuição, subestações, acessos. Os promotores não vão fazer esses investimentos porque já lá estão,



portanto, ao reduzir o investimento — porque praticamente tudo o que há num plano de negócios da energia eólica é investimento, capital intensivo, não tem matéria-prima, o vento hoje é zero e daqui a 20 anos há de ser zero também, não é como o petróleo, que não sabemos a quanto vai estar, se é que ainda vai existir —, o que fará sentido é ir substituindo por essas novas máquinas, que vão poder ter um preço substancialmente inferior àquele que teve a ENEOP.

Essa é uma aposta de eficiência energética, porque disse aqui, e volto a frisar, que não podemos tirar da equação que não é só instalar mais potência, é também preciso sermos eficientes e combater o desperdício. Essa é a primeira aposta que temos de fazer. Há imenso, imenso desperdício na energia, os senhores nem imaginam.

Também neste ponto de vista, as renováveis trouxeram uma alteração de paradigma em relação ao transporte e distribuição e vão trazer muito mais quando for com a mobilidade elétrica, com a descentralização, porque deixa de... As perdas em transporte e distribuição são significativas, sobretudo quando vinha do Alto-Lindoso uma linha de alta tensão para abastecer Lisboa. O que chegava cá não era o mesmo que partia, era diferente. Há perdas de transporte e de distribuição. Quando temos um sistema descentralizado, há ganhos, porque essas perdas deixam de existir, e quando se instalarem nas casas das pessoas, quando as pessoas forem consumidoras e produtoras em simultâneo, porque instalam a pequena potência fotovoltaica nas suas casas, vão fazê-lo na hora de ponta, em que a energia tem o preço mais nobre e, portanto, vão beneficiar o sistema, que vai deixar de ter picos de produção e de procura, o que vai fazer com que o sistema seja muito mais harmonioso.

Tudo isto conjugado, bem como as soluções de armazenamento, que estão... Devemos ir acompanhando, com cuidado mas com toda a curiosidade, o que se vai fazendo por esse País fora. Já há baterias muito

competitivas com certa dimensão em comercialização. Devíamos continuar a apostar, por exemplo, nos recursos hídricos, nas mini-hídricas. Foi um erro crasso termos parado com as mini-hídricas, que são um benefício não só energético como hidrológico, para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e das bacias. Foi um erro crasso ter acabado com isso.

Portanto, devíamos voltar a apostar nas mini-hídricas, porque temos cada vez menos água — e isso vai ser um outro desafio para o futuro —, a par da mobilidade elétrica, em que os próprios carros vão poder carregar durante a noite, mas abastecer nos picos de consumo, durante o dia, pela inversão da polaridade, funcionando como fornecedores de energia nas horas de ponta.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Já nos disse repetidamente que, obviamente, a sua área de intervenção não é a matéria fiscal, ou mesmo os apoios que possam ser dados em termos de subsidiação estatal em relação a certas fontes de energia.

Porém, pedia-lhe um comentário e uma apreciação, face a todo esse processo evolutivo que acabou de expressar, sobre a subsidiação aos combustíveis fósseis, por exemplo, que ainda existe, e a problemática de taxar renováveis. Como é que vê esse *mix*, face ao contexto do cenário que entendeu que seria o ideal?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Acho que é um contrassenso total. Estar a pensar em taxar as renováveis e continuar a isentar os combustíveis fósseis é uma coisa que não faz o mínimo sentido. Mas eu não sou o Governo, não sou a autoridade, limito-me a expressar as minhas opiniões.

Acho que as renováveis são a solução, não são o problema, são a solução. Os combustíveis fósseis, pelo contrário, são o problema e não são a solução, cada vez hão de ser menos a solução e serão mais o problema.

Portanto, não faz nenhum sentido estar a pensar sequer em taxar as renováveis... Pôr as renováveis a serem taxadas, mas a que título? Porquê? Mas, então, as alterações climáticas não existem? Mas, então, a alternativa... Vamos taxar renováveis e o que é que vamos pôr em alternativa? Quando temos opções energéticas, temos de dizer pelo que somos, temos de dizer ao que vamos.

Se não vamos por aí, é pelo nuclear? Podemos discutir o nuclear, tenho todo o gosto em discutir o nuclear. Vamos pelo nuclear? Também não emite CO<sub>2</sub>, é uma opção. Vamos por aí? Tenho todo o gosto em discutir o nuclear. Se VV. Ex.<sup>as</sup> me quiserem convidar um dia para vir discutir o nuclear, tenho todo o gosto em vir expressar a minha opinião. Mas é por aí que vamos?

É pelo carvão, porque temos algumas minas cá? Por acaso não temos, mas, mesmo que tivéssemos, era pelo carvão que devíamos ir, para manter dois ou três postos de trabalho? Ou devíamos reconverter isso para tecnologias mais limpas?

É pelo gás natural? Acho que o gás natural é a forma mais eficiente, tem o dobro do rendimento do carvão... É que não se esqueçam que, no carvão, dois terços da energia consumida são desperdiçados, porque o rendimento da central é 33%.

Como disse o Eng.<sup>o</sup> Carlos Pimenta — acho que foi ele —, aquilo só tem o benefício de aquecer as águas para os surfistas de Sines, e mais nada, porque no Pego não há surfistas. A praia de São Torpes é a mais quente do País, não há nenhuma no Algarve que a bata. A única vantagem que tem é essa, para as pessoas que gostam de água quente. De resto, não tem!

Portanto, devia ser descomissionada o mais rapidamente... Não é extensão nem meia extensão, é encerrá-la e substituir aquele polo que já lá existe, com infraestruturas, por um polo de ligação, por exemplo, para alimentar o Alentejo com energia fotovoltaica.

A produção de energia fotovoltaica, através de um concurso, faz-se para abaixamento dos preços. Limitem um *cap* e um *floor*, lancem um concurso, digam: «É dentro desta banda que a gente quer» e vai por ordem de mérito. Resolvem o problema! O mercado funcionou, não há melhor maneira, põe em concorrência... Pode haver uma surpresa e não vir ninguém. Então, é porque a banda estava mal determinada, é porque o mercado não está a responder. Mas isso é que é o mercado a funcionar, não é a outra aberração que estou farto de criticar.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, hoje já temos alguns exemplos de projetos de energia fotovoltaica que se propõem ir para o mercado sem preços garantidos. Vê essa perspetiva na eólica também?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Quando diz «sem preços garantidos», é a tal história de ir para o mercado... Aquilo não é mercado nenhum, Sr. Deputado. Volto a dizer que não é mercado nenhum, mas pronto.

Vou dar um exemplo muito particular. Em 2002, fiz uma instalação de uma pequena central fotovoltaica na minha casa e a remuneração que me era dada, na altura — *grosso modo*, não tenho os números de cabeça —, era de cerca de 500 €/MWh. Aquilo eram 3 KWh... Estou a falar da medida porque tenho medo de me enganar e fazer como o Eng.º Guterres, que depois disse: «Ah, façam as contas!» Não quero fazer isso. Como estou muito habituado, na escala de grandeza, ao megawatt-hora, era à volta dos 500 €/MWh. Isto foi em 2002 ou 2003, já não sei, mas por volta disso.

Na altura, tentei convencer vizinhos meus a fazerem o mesmo, mas não consegui. Fui sozinho e instalei 3,3 KWh, porque, na altura, tinha uma consciência ambiental pesada e achava que aquilo fazia sentido. A remuneração não era... Digamos que o *payback* daquela instalação era muito

*à la longue*, porque o preço que paguei pelo equipamento era muito elevado, foram muito mais de 20 000 €.

Passados três anos, houve um vizinho que me disse: «Epá, os equipamentos agora estão mais baratos, se calhar vou fazer...» Ele pagou 10 000 € pelo equipamento, mas já não lhe deram 500 €, deram-lhe menos. O que me estão a dar, hoje — não é «o que me estão a dar», é o que a rede me dá, porque isto foi feito com uma perspetiva de evolução de decréscimo, ao longo dos anos, e, nessa altura, eu aceitei —, é à volta de 100 €/MWh.

Portanto, acredito que, hoje, haja empresas que, face ao seu plano de negócios e face à tecnologia disponível, estejam disponíveis, elas próprias, para propor instalação de energia fotovoltaica a preços que sejam abaixo dos 70 € da ENEOP. Admito perfeitamente!

Como já lhe disse, sei que os promotores, hoje em dia, têm ao seu alcance tecnologias das máquinas mais eficientes, que produzem mais e que não compartilham infraestruturas — o que já tiveram de fazer, no princípio —, para fazer preços na ordem dos 60 €/MWh. Portanto, é afirmativa, a minha resposta.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Não posso deixar de abordar uma parte desta questão, pelo menos para perceber a lógica. Não parto, desde já, para essa apreciação com nenhum espírito ou ideia feita nem nenhuma posição crítica.

É verdade que o Sr. Engenheiro já defendeu algumas vezes a solução que foi encontrada em 2013, mas não posso deixar de constatar que houve um prolongamento do prazo. Ao existir um prolongamento do prazo, também admito que não se tem de tirar fotografia da face de perfil, de um lado só, pode-se tirar dos dois, em diferentes momentos.

De alguma maneira, havia uma expectativa de que os contratos terminariam em 2020, sensivelmente, se não estou enganado, ou por aí,

sendo que alguns poderiam prolongar-se um pouco mais. Mas, digamos assim, a contribuição foi associada a uma prorrogação, cujos efeitos se vão estender até 2027 e, em alguns contratos, chegarão a 2032... Mas, pronto, sensivelmente, é nestes parâmetros que estamos.

Considerando a evolução daquilo a que não quer chamar mercado — mas é o que temos, não vale a pena arranjar outro nome para complicar, sabemos que é aquilo que define o preço ao qual se comercializa e vende energia —, a pergunta que os portugueses colocam e que todos nós colocamos é: os consumidores não ficaram pior do que estariam no quadro em que terminariam os contratos sem essa contrapartida? Isto não se tratou tão-só de uma operação para equilibrar contas públicas, num certo e determinado momento, com uma fatura projetada à frente? Estamos melhor assim ou estaríamos melhor se tal não acontecesse?

Faço-lhe esta pergunta do ponto de vista, até, da análise de sensibilidade que pode ir fazendo, considerando que já passaram cinco anos sobre essa decisão, o que já permite ter alguma sensibilidade, pelo menos numa parte da vigência desse período.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, não fiz parte dessa negociação. Limito-me a tentar interpretar aquilo que se passou e a ser o mais correto possível na apreciação do que foi feito. O que julgo saber é que aquilo partiu de uma iniciativa do Governo, não dos promotores, para acudir ao défice tarifário.

Se quer que lhe diga, a minha opinião — mas que só me compromete a mim, porque posso estar a dizer uma asneira muito grande, e, portanto, não compromete nenhum dos promotores, nunca falei com nenhum deles —, estou convicto, por aquilo que conheço, de que, se lhes dissessem hoje: «Os senhores voltam atrás, devolvemos o dinheiro que deram e volta tudo à estaca zero?», como diriam os alemães, *kein Problem*, eles aceitariam, de

certeza, sem pestanejar. Sem pestanejar, Sr. Deputado! É convicção minha, mas...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Não resisto à pergunta: essa convicção é meramente intuitiva ou já fez contas sobre isso?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — É intuitiva.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Da parte do partido social... Da parte do Partido Socialista, está concluída esta intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Nós é que somos os verdadeiros sociais-democratas!

O Sr. **Presidente**: — Isso deve ter dias, Sr. Deputado, deve ter dias...

*Risos.*

Não tem sido essa a prática, nos últimos anos não têm demonstrado isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes e agradecer os esclarecimentos que já nos prestou hoje.

Faço-lhe uma pergunta que tenho pena que ninguém tivesse feito antes de mim: quer apresentar-nos a sua declaração de interesses no setor elétrico, ao dia de hoje?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O meu currículo é público.

Estou na área da energia há 34 anos. Comecei nos petróleos — sem evitar a publicidade —, na Shell portuguesa, uma empresa do grupo Royal Dutch Shell. Depois, passei para o gás natural e estive na sua implementação. Tive uma pequena pausa numa empresa de engenharia e voltei ao gás natural para fazer o terminal de Sines, que foi concluído, com a equipa que reuni, em 2003. A partir daí, estive ligado à ENEOP, cujo projeto dirigi até 2013.

Hoje, faço parte do conselho de supervisão do fundo NovEnergia, que tem como principal ativo, em Portugal, a Generg, a que muito me orgulho de pertencer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Esta é uma pergunta que fazemos a todos os nossos convidados, na Comissão de Inquérito.

Queria colocar-lhe uma pergunta que já fiz muitas vezes a vários dos nossos interlocutores e à qual nunca consegui obter uma resposta que me convencesse.

A EDP Renováveis aponta, no seu relatório e contas, que, com apenas 12% da sua produção em Portugal obtém 27% dos seus lucros.

Tomando este referencial, tendo em conta que a EDP vem do consórcio ENEOP e que outros produtores, como a EDP, terão tarifas do mesmo tipo, com custos de capital do mesmo tipo, se adotássemos este patamar para o conjunto do setor, teríamos, em relação ao restante da produção da EDP Renováveis — tomada também como referência no resto do mundo —, 400 milhões de euros pagos a mais pelos consumidores,



relativamente àquilo que pagariam se estivessem a pagar a média do que a EDP fatura no resto do mundo. Porque é que isto acontece, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, é meu timbre falar sobre o que sei.

Não conheço as contas da EDP, nunca fiz as contas da EDP. Por acaso, sou acionista da EDP, porque acho que tenho 2000 ações, mas nunca fiz contas da EDP. Não lhe consigo responder à pergunta. Não sei, há de haver uma razão qualquer, que desconheço e que, se calhar, o Sr. Deputado também desconhece.

Essa pergunta tem de ser dirigida ao Dr. Manso Neto, que não sei se já veio ou se virá... Tem de lhe dirigir essa pergunta, diretamente, e com certeza que ele lhe responderá. Não lhe sei responder, porque só falo daquilo que sei e essas contas são da EDP.

No que diz respeito à Generg, posso-lhe garantir que não há nada de excessivo na sua rentabilidade com os parques eólicos em Portugal. A Generg é gerida como devem ser geridas as empresas, em harmonia com os interesses dos acionistas, dos trabalhadores e dos clientes. Isto é possível, não é nenhuma malfeitoria. É possível gerir bem as empresas, conciliando harmoniosamente os interesses dos acionistas, dos trabalhadores e dos clientes.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No caso da Generg, qual é a parte da produção que está sediada em Portugal e qual é a parte que Portugal representa nos seus lucros?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — A Generg tem tudo associado em Portugal: o Fundo NovEnergia — não em números redondos, não me obrigue a ir à procura dos números exatos aos cardápios — tem cerca de 400 MW

em Portugal e cerca de 800 MW no mundo inteiro, portanto, metade em Portugal.

A base começou aqui, o Fundo NovEnergia tem como investidores de referência as fundações — a Fundação Gulbenkian, que é o maior investidor, a Fundação Oriente, o Fundo de Pensões do Banco de Portugal... Portanto, o Fundo pertence aos investidores e a Generg é um principal ativo desse Fundo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E essa terça parte sediada em Portugal a que parte corresponde nos lucros da empresa?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Exatamente ao mesmo, os critérios são os mesmos. Os critérios que usamos são os mesmos. Nós fazemos desenvolvimento e se há um projeto que aparece em Itália, ou na Bulgária, ou em França para desenvolver, analisamo-lo e fazemos contas. Se ele não encaixar nos nossos padrões de risco, de rentabilidade interna, de diversificação de *portfolio*, não o fazemos. Os critérios são exatamente os mesmos.

Posso dizer-lhe que quando se compara um projeto em Portugal com um projeto em França, o projeto português sai depreciado, sabe porquê? Porque os bancos não emprestam dinheiro à mesma taxa que emprestam em França, em função da perceção de risco que têm do País.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, portanto, essa terça parte corresponde a uma terça parte dos lucros do Grupo NovEnergia. É isso?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — É.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Obrigado.

Em 19 de outubro, a ERSE apresentou um relatório que se chama *Instrumentos para a participação da Oferta e da Procura na Gestão do Sistema Elétrico Nacional* (SEN) onde refere que no caso específico da PRE com tarifa garantida os valores das taxas de rentabilidade estão muito claramente acima do WACC, do custo médio ponderado de capital, da atividade ou da tecnologia.

Considera que a ERSE está contaminada pelo espírito do relatório de Cambridge? É que custa-nos a perceber esta diferença tão grande entre a taxa interna e os custos de capital da PRE.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — É uma pergunta que terá de dirigir à ERSE. A ERSE devia ser uma entidade independente – devia ser! –, não sei se é, mas se faz essas afirmações tem de as fundamentar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Tem alguma razão para suspeitar da independência da ERSE?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Diga?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Tem alguma razão para suspeitar da independência da ERSE?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não, não, não! Eu não estou a suspeitar; estou a dizer que devia ser uma entidade independente. Portanto, se é uma entidade independente tem a obrigação de explicar por que é que chegou a esses valores. Não me cabe a mim interpretar as decisões da ERSE.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A EDP Renováveis anunciou há menos de um mês a inauguração de um novo parque eólico na Galiza. Com este

investimento, a EDP vai elevar para 281 MW a capacidade instalada nesta região, que vai passar a representar 10% do total da operação da EDP Renováveis em Espanha.

Como é que interpreta este investimento da EDP num país que ainda há pouco retratou aqui como sendo um inferno regulatório?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não faço ideia! Eu só falo do que conheço, Sr. Deputado. Não faço ideia de quais são as motivações que levaram a EDP a fazer uma coisa dessas. O que sei — isso eu sei — é que os investidores internacionais... Não sei que projeto é esse, não sei se era um projeto que estava já no *portfolio*, não sei se era um projeto de *repowering*, não sei se era um projeto *offshore*, não faço a mínima ideia do que está a falar... E como não faço a mínima ideia, não comento! Mas tem a oportunidade de perguntar ao Dr. Manso Neto quando ele cá vier e ele responder-lhe-á a essa pergunta.

O que lhe digo é que não tenha a mínima dúvida de que, como referi, a instabilidade causada pela modificação arbitrária e unilateral das tarifas que provêm de Espanha afastou os investidores. Não tenha a mínima dúvida disso! Não tenha a mínima dúvida disso! E, se quiser, pode falar com a ministra espanhola atual, que ela responder-lhe-á.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, provavelmente, a EDP Renováveis é uma exceção desse panorama de deserção total, do desinvestimento de Espanha.

Queria citar-lhe um documento, também da ERSE, da própria Presidente, que o enviou à Comissão. Trata-se um documento que conclui, daquele estudo que ainda agora mencionei, e cito, que a análise efetuada permite concluir que os atrasos na entrada em exploração dos centros

eletroprodutores em regime especial constituem um dos motivos para a existência de sobrecompensação em alguns segmentos de produtores eólicos.

Esta conclusão baseia-se nos seguintes factos: primeiro, a revisão em baixa das tarifas destes segmentos não acompanhou a intensidade de diminuição verificada dos custos de investimentos decorrente da evolução tecnológica; segundo, a existência de um desfasamento temporal significativo entre o momento da obtenção da licença de produção e o momento em que o produtor entra em exploração sem que o regime remuneratório subjacente seja revisto.

Deste modo, o produtor tirou partido da diminuição dos custos de investimento por via da evolução tecnológica, mas manteve uma tarifa que foi calculada com custos superiores àqueles em que incorre.

Bom, nós temos, em Portugal, centrais a entrarem em operação 10 anos depois de recebida a licença sem que se possa apontar essa responsabilidade a outro que não o produtor.

Pergunto-lhe se considera que aqui pode residir uma parte da explicação desta sobre remuneração que a ERSE aponta.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O Sr. Deputado está em condições de me dizer que existem promotores com a responsabilidade para atrasarem os... Pode dizer-me? Pode dar-me um exemplo?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O consórcio Ventinveste.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O Ventinveste? O consórcio Ventinveste não foi capaz de fazer o seu *portfolio* e perdeu a licença e devia tê-la perdido mais cedo. Quanto a isso, sei do que falo. Era um concorrente e nós tínhamos prazos para a execução dos parques eólicos. Não há nenhum promotor eólico que, em consciência, possa ficar satisfeito com os atrasos

provocados pelas diversas entidades e burocracias do País. Estou a falar dos promotores eólicos, em geral.

Para ser licenciado, um parque eólico passa pelo crivo e pelo flagelo de 28 licenças de diferentes entidades em Portugal — 28 entidades diferentes! O objetivo de um promotor eólico é o de pôr o parque em funcionamento o mais depressa possível, porque ele já contratou, já contratou as máquinas, já contratou os terrenos. Portanto, quanto mais atrasar mais perde!

Esse relatório da ERSE é, passo a expressão, uma completa estupidez. Quem escreveu esse relatório da ERSE não sabe do que está a falar. E assumo isto!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Aqui, na Comissão de Inquérito, o Prof. Peças Lopes disse o seguinte: «devíamos ter introduzido um mecanismo de correção da tarifa para que os novos entrantes tivessem uma redução progressiva da tarifa no momento em que entram».

Esta foi a resposta a uma pergunta minha, precisamente sobre a necessidade de fazer refletir na tarifa a redução do custo de capital resultante de atrasos da responsabilidade do próprio produtor. Não concorda com o Prof. Peças Lopes?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Tenho o maior respeito, a maior consideração e estima pelo Prof. Peças Lopes, que foi presidente do júri e que é uma referência no mundo académico. Já não estarei de acordo de que o Prof. Peças Lopes seja uma sumidade no mundo económico dos negócios, não é essa a sua área de atuação.

Portanto, quando ele diz uma coisa dessas esqueceu-se, porque, provavelmente, não sabia — como eu já disse aqui e, se calhar, o Sr. Deputado estava distraído e não ouviu — que quando se estabelecem os

contratos, estabelecem-se com o preço das máquinas para o futuro, as máquinas nem sequer estavam em produção, nem havia fábricas, Sr. Deputado...! As fábricas não estavam feitas! Mas aquele investidor alemão só faria as fábricas se tivesse a garantia de que lhe pagavam aquele preço ou, então, não faria as fábricas. Nós conseguimos ganhar o concurso, porque fomos os que fizemos mais fábricas. E foi porque só nos candidatámos a uma fase, não nos candidatámos a duas fases. Nós não queríamos a fase B, porque não nos servia, pois o nosso plano de negócios não se coadunava com 400 ou 500 MW. Não dava para o negócio!

Portanto, com todo o respeito, admiração e simpatia que tenho pelo Prof. Peças Lopes, nesse caso, não sabe do plano de negócios das empresas. Sabe muito, é das pessoas que mais sabe da parte de redes elétricas, é uma sumidade no País, que eu respeito e estimo, mas, nesse caso, não tem razão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Prof. Peças Lopes não se estava a referir em particular ao caso da ENEOP, estava a referir-se em geral ao conjunto da potência instalada.

Pergunto-lhe se em toda a potência eólica instalada em Portugal não identifica um fenómeno de atraso de entrada em operação da responsabilidade dos próprios produtores.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Que eu saiba, como lhe disse, não, porque isso é contranatura, é uma pessoa autoflagelar-se, é tentar dar chicotadas a si próprio, porque o negócio dos produtores eólicos é vender energia, Sr. Deputado. O negócio dos produtores eólicos não é especular, não são especuladores, não é a bolsa!... Eles têm um contrato, pagam os terrenos.

É preciso contextualizar historicamente esta coisa: quando começou a desenvolver-se a energia eólica em Portugal, quem a começou a desenvolver foram pequenos promotores que tinham uma capacidade financeira muito

diferente da que têm as grandes empresas do setor e faziam em desenvolvimento, isto é, iam instalar medidores, anemómetros nos altos das serras, negociavam as compras ou as rendas dos baldios, iam ver se durante... É que, no mínimo, são dois anos de monitorização para saber se um parque se pode realizar.

E estamos a falar num país em que as potências são colocadas em leilão ou a concurso exclusivamente fora dos sítios proibidos – parques naturais, parques da Rede Natura 2000. Não estamos a falar nesses; estamos a falar dos outros onde se pode construir, onde, teoricamente, se pode construir, mas, depois, aparece a autoridade nacional de navegação aérea, depois aparece o não sei quantos dos faróis, depois aparece o fulano não sei o quê, depois aparecem os morcegos, depois aparece o lobo ibérico... E é um pesadelo! E não há nenhum, mas nenhum, promotor eólico que tenha — só de for, de facto, masoquista — interesse em dilatar os seus prazos de execução. Nenhum! Para quê? Para ir fazer cálculos da tarifa...?! A tarifa foi determinada... Ele fez o plano de negócios, na altura, com o banco, isto foi aprovado pelo banco e não por conselho de administração. Isto foi um *project finance*. Estas coisas não são feitas em cima do joelho! Os bancos olham para o plano de negócios e dizem se dão o dinheiro ou não — 80% dinheiro dos parques eólicos foi financiado em *project finance*, em alguns até mais, com 85%!

Portanto, são os bancos, com as suas entidades financeiras, os seus assessores jurídicos, económicos, etc., que analisam a bondade e a viabilidade de um determinado projeto. Não é um promotor eólico que, por exemplo, diz: «eu agora vou ficar aqui quietinho». De facto, era preciso ser masoquista, no mínimo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O antigo presidente da Autoridade da Concorrência, o Prof. Abel Mateus, esteve aqui na Comissão de Inquérito e



apresentou um estudo, que está consultável e que depois até lhe posso enviar, no qual apresenta a evolução dos custos de capital para as eólicas durante os anos de 2009 a 2014, em que se verifica uma diminuição dos custos de capital para o novo investimento na ordem dos 60%. Isso pode ser uma forma de mitigar o masoquismo, isto é, se passarem alguns anos — e os anos que passaram foram em torno desses — e se os custos de investimento baixarem, já com o *project finance* feito e com o financiamento garantido, isso representa um ganho, ou não?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado, devo-me ter expressado muito mal de certeza, pelo que volto a dizer que o contrato é estabelecido com o vendedor da máquina na altura da assinatura.

O promotor que assine esse contrato não vai beneficiar dos ganhos posteriores, vai beneficiar para outros projetos, não para aquele. O preço da máquina, que ele assinou, é o mesmo de quando ele a for instalar. Isto não se modifica a rasurar «toma lá, agora mete lá menos 20%»... Não é assim que funciona! E, com todo o respeito ao antigo regulador Abel Mateus, eu conhecia-lhe dotes na área das telecomunicações, nunca soube que ele percebesse alguma coisa de energia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sobre a extensão da tarifa garantida para as eólicas, a medida 5.5 do memorando dizia que deveriam ser adotadas medidas para que fosse estabilizado o défice tarifário a partir de 2013 e que isso deveria basear-se numa proposta do Governo que também especificasse como seriam corrigidas as rendas excessivas, quer fosse na produção ordinária, quer fosse no regime especial nas renováveis.

Ainda em janeiro deste ano foi enviado pelo Governo português para a troica um memorando onde se referia à negociação feita com os produtores eólicos para uma extensão por três anos da tarifa *feed-in*, a troco de uma

contribuição anual de 50 milhões durante três anos também, perfazendo 150 milhões.

Tal como costuma ser, essa negociação terá ocorrido previamente durante o ano de 2011. Pergunto-lhe se, enquanto Presidente da ENEOP, participou em alguma negociação deste tipo.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não, nunca participei em nenhuma negociação desse tipo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Tem alguma interpretação para o facto de o Governo português ter comunicado à troica uma negociação que, no documento que foi enviado à troica, referia que 65% dos produtores já estavam dentro do acordo...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Em que ano?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A negociação terá ocorrido antes de janeiro de 2012 e este documento foi enviado para a troica em finais de janeiro inícios de fevereiro de 2012.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O que eu sei é que os promotores eólicos foram solicitados a dar um contributo para acudir ao défice tarifário.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Solicitados por quem?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Perdão?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Por quem?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Pelo Governo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Por que membro do Governo?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não sei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Por que instância? Foi o Eng.º Henrique Gomes ou o Eng.º Artur Trindade?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não. O Henrique Gomes?! Não! Não! Sobre o Eng.º Henrique Gomes não faço comentários.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nessa altura, o Eng.º Henrique Gomes era o secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não. Não foi, de certeza!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Poderia ser um membro do Governo...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Deve ter sido o Dr. Artur Trindade.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, nesta altura, o Dr. Artur Trindade não estava no Governo.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Eu não tenho conhecimento disso. Só tenho conhecimento de que essa negociação foi feita com o Secretário de Estado Artur Trindade, solicitado pelo Secretário de Estado Artur Trindade. Não tenho conhecimento de mais nada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em 2012 iniciam-se as negociações, que vieram depois a concretizar-se, já com o Secretário de Estado Artur Trindade, terminando num regime substancialmente diferente daquele que acabei de mencionar e do qual foi dada informação à troica e não o vou descrever porque já toda a gente aqui o conhece.

Pelo que nos disse aqui, os bancos financiadores dos *project finance* que estão em cima da mesa, terão sido informados desta alteração contratual. Qual foi a reação dos bancos em relação à alteração do perfil de risco dos vários projetos?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Isso não altera... As contribuições que deram foram contribuições em dinheiro, não foi alteração das condições contratuais, cuidado!

A contribuição que foi dada não entra na alteração do contrato; o contrato continua igual. O contrato inicial continua igual!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas o contrato é feito com uma determinada entidade e é essa entidade que paga a prestação.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Claro!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, o risco dessa entidade altera-se pelo facto de ter pagar uma prestação...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não!... Não se alterou! Não se alterou! Por que é que se alterou, diga-me lá o Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Da mesma maneira que se alteraria se a remuneração do projeto fosse alterada.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não. A remuneração do projeto continuou a ser a mesma, desculpe lá! Isso foi para além, foi um período de extensão, não tem nada que ver... O senhor está a confundir as coisas! A remuneração não foi alterada! O que foi alterado foi uma extensão do prazo, dentro de determinados parâmetros.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Havia uma remuneração que estava em curso...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Até aquela data!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Até aquela data.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Essa remuneração, para todos os efeitos, é diminuída de uma contribuição; não o é contratualmente, mas economicamente é diminuída.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E, sendo diminuída, isso provoca uma alteração do perfil de risco do produtor. Isso é informado ao banco e o banco faz as contas. Que contas é que o banco fez e o que concluiu?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não alterou a rentabilidade do projeto, com certeza. Não alterou a rentabilidade do projeto! Portanto, o banco não tinha a risco o seu capital. Tão simples como isso!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A rentabilidade imediata do projeto foi alterada, necessariamente, porque obrigou a uma contribuição de 25...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não há rentabilidades imediatas; há rentabilidades de projetos! Não há rentabilidades imediatas!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Era aí que eu queria chegar. Portanto, o banco considerou que a rentabilidade do projeto,...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não sei!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — ... que o risco do projeto não era apertado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não sei, eu não sou o banco!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo acabou.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, posso só fechar a questão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas como tenho a indicação de que há grupos parlamentares que querem fazer a segunda ronda...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria só fechar este ponto.

O Sr. **Presidente**: — Mas quer fazer segunda ronda na mesma?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Queira continuar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A tarifa de 74 foi negociada e pode ser comparada com outra que foi negociada ao mesmo tempo, a do sobreequipamento.

Em primeiro lugar, queria que o confirmasse. Nós temos o documento do Governo, o documento adicional da negociação, em que o sobreequipamento é trazido para dentro da negociação do Decreto-Lei n.º 35/2013 — onde é dito «vocês aceitam isto e ainda terão uma definição de uma tarifa para o sobreequipamento em seguida» —, portanto, isso é trazido para dentro.

Por que é que há esta diferença? O sobreequipamento com uma tarifa de 60 e a extensão com uma tarifa de 74? Na verdade, o risco do investimento no sobreequipamento e a extensão para 74 deveriam ser avaliadas pela mesma tarifa.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Julgo, pelo que já expliquei, já o disse, provavelmente não fui claro.

O sobreequipamento tem uma partilha de custos de investimento que já foi feita no projeto inicial. Portanto, quando há uma parte significativa do investimento que não é considerada, os promotores têm toda a legitimidade — e podiam não o fazer, se estivessem de má-fé — para considerar que, com os ganhos que resultam da melhoria da eficiência das máquinas, através do número de horas, de máquinas mais eficientes, com maior rotor da pá, etc., e tendo menor investimento a fazer — das infraestruturas, das linhas de transporte, dos acessos, dos terrenos, etc. — podem partilhar esse benefício com o sistema elétrico. Tão simples como isso, não sei qual é a dúvida.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Refiro, só para terminar, que a dúvida é apenas se as perspetivas em relação ao preço de mercado são tais que considera neutro, ou virtualmente benigno, para os consumidores o valor acima de 54 e, se assim é, por que é que não preferiram deixar o sobreequipamento em preço de mercado em vez de garantir uma tarifa de 60, que se compatibiliza com as expectativas em relação à tarifa?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — O mercado não existe, Sr. Deputado. O mercado é uma aberração! Essa história é uma aberração. É uma aberração!

Hoje em dia o mercado está a 70 — hoje estava a 70 e pouco —, amanhã pode estar a... E essa volatilidade de preços é uma coisa que é marginal. Como o senhor sabe muito bem, porque estudou isso, é apenas a partir do momento em que a procura excede a oferta, é só para essa componente marginal, porque o resto está amarrado por contratos. O resto está amarrado por contratos, incluindo a nuclear espanhola. O mercado não funciona, é uma aberração completa.

Portanto, os promotores, provavelmente, fazem as suas contas e, em vez de se guiarem por uma aberração, guiam-se pelas próprias contas nas quais têm mais confiança. E dizem: «estou disponível para vender esta energia a este preço».

O outro foi para se defenderem, numa situação em que se quiseram defender que, em nenhuma circunstância, eles iam ser penalizados em relação ao que tinham, por isso é que lhe disse que a minha convicção... O senhor riu-se, na altura, não sei se por concordar ou se por discordar, mas estou convicto, sem nunca ter aferido isto com ninguém — só me responsabilizava a mim —, que se dissessem aos promotores para voltar atrás, se lhes dissessem: «tomem lá o dinheiro que deram e voltem...», eles voltavam. Esta é a minha convicção pessoal.



O Sr. **Presidente**: — Terminamos assim a primeira ronda.

Tenho, para já, três partidos inscritos para a segunda ronda, a saber, e pela ordem de intervenções, o CDS, o PCP e o Bloco de Esquerda. Não havendo mais inscrições, fica fechado. Ou seja, quero avisar o PS e o PSD que não será na sequência de...

*Vozes impercetíveis.*

Espero que a terceira ronda esteja prejudicada, mas essa é opção de cada um.

Sr. Engenheiro, conforme lhe expliquei no início da reunião, nesta segunda ronda os grupos parlamentares têm cinco minutos cada um, farão as perguntas de forma contínua, pelo que lhe peço que tome as devidas notas, para poder responder às questões todas, sendo que o Sr. Engenheiro terá depois 15 minutos, para responder às perguntas colocadas.

Sem mais demoras, tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero ver se não gasto os 5 minutos, para não dar os 15 minutos de direito de resposta ao Sr. Engenheiro. A ver se consigo ser muito preciso, só para desmitificarmos aqui algumas coisas. Acho que vale a pena e espero conseguir fazê-lo.

Quanto ao défice tarifário, a determinada altura, o Sr. Engenheiro diz que o défice tarifário vem de medidas inconsequentes. Já falou das questões fiscais e remeteu para nós próprios essa culpa e a solução e eu queria falar de outras que estão para lá das questões fiscais.

Porquê? Porque, a determinada altura da sua intervenção, também falou nos custos de produção. Concordo que não vale a pena andarmos a

enganar-nos a nós próprios. Temos de pagar o custo das coisas, porque quando falamos em matéria de *mix* energéticos, eu, enquanto consumidor, também sou beneficiário e quero, no futuro, ser beneficiário disso.

Mas na última vez que a ERSE, na pessoa de Jorge Vasconcelos, transferiu os custos de produção para o aumento da tarifa, lembra-se do que é que aconteceu? Criámos o monstro do défice tarifário.

Hoje a CIP (Confederação Empresarial de Portugal) queixa-se de que um dos grandes fatores da falta de competitividade é monopolizar o preço da energia e, então, imaginemos um aumento de 12%, 13% ou 14%, que reflete o custo da produção. Isto não é razoável, portanto gostava de perceber como é que nós resolvemos isso.

Fazendo a pergunta ao contrário: considera ou não que os CMEC abusam da boa vontade da PRE? É que, se olhar para o preço do regime ordinário, praticamente as centrais funcionam dependentes das renováveis, nomeadamente da eólica.

Portanto, mesmo que a eólica não tenha culpa nenhuma, porque temos de ter centrais preparadas para entrar em funcionamento, quando o vento é pouco, no fundo, o tal voluntarismo de ter muitas eólicas, origina-me um custo. A minha pergunta é: como é que poderíamos ter evitado isso? Porventura mudando o perfil, porventura não...

A última pergunta era sobre os incentivos. Disse, praticamente durante a audição toda, que não há energia sem incentivos. Todas têm, até à data, quer seja na construção de acessibilidades, da rede, quer seja no pagamento, nas emissões de CO<sub>2</sub>, quer seja... Há sempre.

Retomando esta troca de argumentos com o Deputado Jorge Costa, se o mercado é uma aberração, era possível não ir para a incerteza do mercado e ter um preço que podia estar a 70 €, podia estar a 20 € ou podia estar a 100 €/MWh. Quer dizer, a 20 anos, quem é que consegue prever? A incerteza é tal que seria preferível o incentivo ser um incentivo ao investimento? Ou

não? Deveria ser um incentivo de outra maneira e não dado na tarifa, num contrato tão longo? Ou seria melhor ter cláusulas de revisibilidade do preço à medida que o tempo avança, por uma questão de precaução? Estou a tentar acertar no Euromilhões à segunda-feira, mas dava jeito, desde que o dinheiro chegasse na mesma, não importava a forma de chegar lá.

Faço a última pergunta. Tivemos, julgo que fruto desta discussão toda, o Governo a dizer: «bom, agora acabaram as tarifas *feed-in*. Vamos para o solar em mercado. Acabaram as tarifas *feed-in*». Parece que houve aqui uma pequena alteração, com o atual ministro da Economia e da Transição Energética a dizer: «bom, talvez não seja».

Não quero fazer nenhuma questão política — e com isto termino, Sr. Presidente —, mas vamos ver se não voltamos a desfocar a realidade. Sem *feed-in*, ou sem este apoio, é possível captar investimento para o País ou, se quisermos continuar neste caminho, pois vamos ter de continuar — como dizia há bocado, isto tem custos — a cumprir as nossas metas, a subsidiar? Veremos é de que de forma o podemos fazer.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Duarte Alves, do PCP. Registo também o facto de o Sr. Deputado Hélder Amaral não ter feito uso do tempo total de 5 minutos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Engenheiro, irei voltar a algumas questões que abordei na primeira ronda, sendo que a primeira tem que ver com o risco tarifário. Quando falamos da ausência de risco tarifário, no fundo, estamos a falar de uma tarifa garantida. É isto!

Portanto, aquilo que percebi da sua intervenção é que, sem garantias, os investidores alemães não iriam investir nesta unidade. Foi, assim, exigida uma garantia ao Governo de que não iria haver esse risco. Não se recorda se chegou a haver essa carta ou não de garantia, mas, de qualquer forma, foi

exigida essa garantia tarifária. Tal configura o facto de a energia ser o único negócio em que se fala tanto de garantia, de garantia, de garantia, de ter garantias para se poder fazer investimentos, quando aquilo que é normal, noutros mercados é: perante o risco é que há o rendimento.

Depois, quando diz: «sim, é possível haver uma renegociação, mas na renegociação têm de estar de acordo as duas partes», a questão que se coloca é que, quando há uma parte que talvez seja demasiado beneficiada, esta possa nunca querer renegociar. Portanto, também nesse ponto de vista pode haver momentos em que é preciso uma renegociação e em que o Estado também tem de assumir o papel que deve ter.

Queria ainda insistir numa outra pergunta que tem que ver com a rendibilidade da ENEOP. Disse que era uma rendibilidade que correspondia a 6%, 7% – foi a sua resposta. Queria saber, entre o segmento de produção energética e o segmento industrial, qual a rendibilidade de cada um desses segmentos? Foi a pergunta que fiz e queria saber qual era essa rendibilidade separada por segmentos.

Ainda em relação ao decreto-lei n.º 235, sobre o qual afirmou embora não tendo sido consultado previamente, ter expressado, na altura, críticas, não percebi bem em concreto qual era o conteúdo dessas críticas.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Que decreto é que disse?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O decreto-lei n.º 235. Aquele da alteração das remunerações das energias renováveis, que está referido na entrevista que fez ao *Público*, aliás, no artigo que escreveu no *Público*, onde referiu...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É o Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É o 235.

O Sr. **Presidente**: — É 35.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ah, é 35?

O Sr. **Presidente**: — É o Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ah, então o engano aqui é meu.

No artigo que escreveu no *Público*, referiu os efeitos muito prejudiciais deste decreto-lei e, portanto, eu queria saber, em concreto, quais são as suas críticas a este decreto-lei.

Por último, tenho uma pergunta sobre as centrais de biomassa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas era importante, porque o Sr. Engenheiro não percebeu, clarificar qual é o diploma concreto a que se está a referir. Penso que é importante para a resposta, por isso peço-lhe que clarifique.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, é o Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se calhar é melhor definir o tema, porque o Sr. Engenheiro pode não dominar os números.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, o decreto-lei é sobre a alteração da remuneração das energias renováveis.

O Sr. **Presidente**: — É o decreto-lei de 2013?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — De 2013.

O Sr. **Presidente**: — Ou seja, é aquele do acordo dos 30 milhões e da extensão.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O Sr. Engenheiro alertou para as suas consequências...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — E o que referi na minha entrevista?...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Que alertou para as suas consequências e para os efeitos muito prejudiciais que ele poderia ter.

Vou aqui consultar o documento, porque não quero estar aqui a dizer nada que não seja...

O Sr. **Presidente**: — Como ainda temos tempo, o Sr. Deputado pode consultar, a bem da resposta.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A última pergunta que tenho a fazer-lhe respeita às centrais de biomassa na região centro.

O Sr. Engenheiro denunciou o facto de os dois projetos de centrais de biomassa na zona centro, contratados com o Governo português, não terem avançado 12 anos depois da data dos contratos. Queria saber se já teve alguma informação sobre o caso e qual a sua explicação quer para que os projetos não tenham avançado quer para a passividade dos governos. As entidades que se candidataram não deveriam ter já devolvido as cauções?

São estas as perguntas que tenho para lhe fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe a gestão que fez do tempo.

Para finalizar esta segunda ronda de perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, registo que ainda não foi hoje que consegui esclarecer o mistério da rentabilidade da EDP e do setor renovável em Portugal, nem um mistério, ainda maior, que se adensa, que é o da forma como foi negociada, 65% da capacidade instalada renovável e eólica em Portugal, em 2011, não pelo Secretário de Estado Henrique Gomes, como já vimos, não pelo Presidente da ENEOP, que era a empresa líder do setor naquele tempo, mas alguma negociação terá havido porque o Governo deu nota dela à troica.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Há muita coisa que se passou e que desconhecemos!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muita não terá ficado escrita, esta, felizmente, ficou e chegou até nós graças a esta Comissão de Inquérito.

O que cabe agora saber é que negociação foi essa que aconteceu em 2011 e que não contou com a participação nem do Secretário de Estado da época nem com o do líder da principal empresa do setor.

A segunda questão é só uma precisão em relação às anteriores: confirma que a negociação do Decreto-Lei n.º 35/2013, naquilo que respeita ao sobreequipamento, já incluiu a tarifa de 60 €, ou não? Estou a falar da negociação de 2012, que deu origem ao decreto propriamente dito, a tal negociação que é pública e assumida.

Finalmente, queria colocar-lhe um conjunto de perguntas que respeitam a seguinte: no final daquele relatório, e mais uma vez o cito, que a ERSE produziu há pouco tempo, a ERSE faz um conjunto de quatro recomendações relativas ao setor renovável, que eu queria enunciar para ter o seu comentário sobre cada uma delas.

A primeira recomendação é a transferência da obrigação de previsões da PRE do consumidor de último recurso para a REN. Diz a ERSE que, com o progressivo decréscimo do volume de PRE com tarifa garantida e com a entrada de produtores renováveis em mercado, importa, numa primeira fase, densificar a experiência de previsão por entidade terceira que tenha abrangência de informação e atue de forma independente.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Qual é a sua pergunta?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Queria o seu comentário e a sua opinião sobre estas recomendações da ERSE.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Qual é a recomendação da ERSE?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É sobre a transferência da obrigação de previsões da PRE do CUR (comercializador de último recurso), onde estão atualmente, para a REN.

A segunda proposta da ERSE é a alteração do regime dos desvios dos produtores em regime especial com remuneração garantida. A ERSE propõe que estes produtores suportem os custos dos respetivos desvios. Esta proposta justifica-se, quer de forma a introduzir um incentivo objetivo a que haja uma melhoria da eficiência, quer por uma questão de igualdade de tratamento entre estes produtores e os que estão em mercado, quer ainda por questões de harmonização com Espanha.



Gostaria de ter também o seu comentário a essa recomendação da ERSE.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Pode repetir, por favor?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É a alteração do regime dos desvios de previsão dos produtores em regime especial com remuneração garantida.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Essa era a pergunta anterior. Esta agora é qual?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estou a citar diretamente o texto, tenho de me cingir a ele, mas a interpretação que faço é sobre os desvios que se concretizam no momento da produção.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — E a alteração dos desvios de produção era para onde? Qual era a alteração?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ora bem, era que os custos desses desvios fossem suportados pelos próprios produtores.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não percebo a pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é melhor reformular a pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, não posso reformulá-la, porque estou a citar uma proposta da ERSE, que interpretei com o que tinha.

O Sr. **Presidente**: — Não estou sequer a contar o tempo, acho que o importante é que o interpelado perceba a pergunta, porque, senão, depois, o Sr. Deputado não consegue obter resposta.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas acho que o Eng.º Aníbal Fernandes tem mais recursos do que eu para interpretar corretamente a proposta da ERSE. O que aqui está dito é que a alteração do regime dos desvios passe a onerar os produtores em regime especial, quando hoje está a onerar os consumidores.

A terceira proposta tem a ver com o fim da exclusividade da aquisição da FER (Fontes de Energia Renováveis) com remuneração garantida pelo comercializador de último recurso. Portanto, a ERSE propõe que se possa atribuir a outros agregadores em regime de mercado, por exemplo a comercializadores, a possibilidade de também fazerem a aquisição da produção em regime especial.

Por fim, a quarta proposta da ERSE refere a implementação de um mecanismo regulado, competitivo, de venda de garantias de origem de mercado verde.

Para terminar, vou ler a proposta: «No âmbito da oferta verde presente no mercado retalhista e com potencial de crescimento, a venda de garantias de origem respeitantes à PRE com remuneração garantida permite gerar liquidez no mercado de garantias de origem. Esta solução visa responder à procura crescente, nomeadamente por parte de comercializadores em regime de mercado, contribuindo para reduzir o sobrecusto da PRE com remuneração garantida. A concretização desta abordagem é em acréscimo, totalmente alinhada com a estratégia europeia para a energia clima, tendo como evidente a oportunidade a ser explorada a elevada presença de produção renovável não emitente no diagrama de produção nacional e ibérico».

Esta é a argumentação da ERSE a favor desta proposta.

Gostaria que o Sr. Engenheiro, que é um profundo conhecedor do setor e fala em nome das empresas produtoras, nos...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Eu não falo em nome das empresas produtoras!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Fala com a perspetiva das empresas produtoras e não em nome da perspetiva do consumidor...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Gostaria que nos desse a sua perspetiva sobre cada uma destas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Penso que é necessário esclarecer a questão do tal artigo e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu talvez tenha formulado mal a pergunta.

No seu artigo do *Público* alerta para os efeitos prejudiciais de quem critica o Decreto-Lei n.º 35/2013. Portanto, o que é que o faz defender dessa forma o Decreto-Lei n.º 35/2013?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Assim a pergunta já faz sentido. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem cerca de 15 minutos para responder.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Presidente, vou tentar ser mais breve.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, por que é que ocorreu o défice tarifário? Só há défice tarifário quando as receitas não cobrem os custos e na primeira vez que se falou em défice tarifário não havia ENEOP. Falou no então regulador, que propôs um aumento brutal das tarifas, para utilizar uma terminologia de um outro ministro, que não foi concedido. Então, foi para debaixo do tapete!

Os défices tarifários não são atribuíveis a esta ou aquela forma de energia; são processos administrativos. Quando as receitas não cobrem os custos, a gente endivida-se, nas nossas casas é a mesma coisa... Felizmente, isso foi antes de aparecer a ENEOP, senão ainda seria eu o responsável! Também sou apodado de lobista eólico, sou eu o lóbi eólico, mas sou o único que vem a terreiro defender as convicções... O eólico sou eu por ter vindo a público, neste caso no *Público*, defender as renováveis?!... Enfim! Portanto, ainda bem que ocorreu antes.

Pergunta-me se era possível evitar o défice tarifário: era, sim senhor! Aliás, só há défice tarifário em Portugal e Espanha, acho eu. A Alemanha tem *feed-in tariff* muito maiores do que as nossas e não tem défice tarifário nenhum. Estou a falar da eólica. A Itália tem *feed-in tariff* muito maiores do que as nossas e não tem défice tarifário nenhum.

Portanto, se formos ver, défice tarifário tem a ver talvez com uma forma muito latina de olhar para a política e dizer: «Eh pá, este é um ano de eleições, não se podem aumentar...». E isto não é uma crítica a nenhum governo em especial, é assim, funciona assim. Mal, funciona mal!

Portanto, se não queriam ter um défice tarifário teriam de ter posto os custos a serem cobertos pelas receitas. E ainda bem que isto foi antes da ENEOP, senão eu seria acusado de ser o responsável.

Pergunta-me se acho que deveriam ter-se evitado? Acho! Acho que estamos no caminho para o evitar? Acho! Olhe, se os 70 milhões de euros da ENEOP tivessem entrado para o défice tarifário, se calhar já estaríamos... Se as contribuições da CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético), que foram negociadas de comum acordo, tivessem ido para o défice tarifário, se calhar, hoje, já não haveria défice tarifário. Mas nem um tostão lá chegou! Nem um tostão!

Tinha sido de todo possível evitar e, infelizmente, não se conseguiu. Mas não está aqui o responsável, por isso não ponham o timbre nas eólicas nem nas renováveis, que não têm nada a ver com isto.

O Sr. Deputado perguntou-me se os CMEC abusavam da boa vontade das PRE. Olhe, hoje em dia, tudo isto está distorcido, porque houve umas coisas que foram a mercado — a ENEOP foi a mercado, os outros concursos foram a mercado —, mas as centrais de ciclo combinado e as centrais de carvão não foram a mercado, foram licenças negociadas.

Portanto, se tivesse ido tudo a mercado teria sido possível que hoje as coisas não funcionassem assim. Ter-se-ia dito: você tem uma central para construir, mas tem de entrar em linha de conta que temos potência renovável, que tem prioridade no despacho por norma europeia — não é para beneficiar os portugueses, é por causa da norma europeia — e só assim para incentivar... Porque estamos aqui a tentar mostrar que as renováveis não são um fatalismo, são uma necessidade imperiosa. Nós não podemos sair das renováveis.

Portanto, se tivesse feito o mesmo procedimento, de ir ao mercado e perguntar em que condições é que eles podiam operar, hoje não estaríamos aqui ó ai! ó ai!, que vão funcionar e estão paradas, ou não estão paradas!

Tenho muitas dúvidas, Sr. Deputado, sobre se seria melhor propor incentivos à construção do que às *feed-in tariffs*. Há muitos sistemas a funcionar por esse mundo fora, mas considero que o mais justo é o *feed-in tariffs*, bem negociado e com transparência. Podem colocar-se várias cláusulas, que alguns dos senhores já levantaram aqui — não sei se é possível, se é ou não acomodável —, como o estabelecimento de prazos mais curtos, a introdução de uma forma de revisão na tarifa que, por exemplo, e por absurdo, permitisse que se, de repente, a Enercon resolvesse começar a oferecer as máquinas, os ganhos eram todos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estamos no Natal!

*Risos.*

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — ... os ganhos seriam todos para ela? Isto é possível? Não vejo que seja possível, mas por absurdo... isto é possível? Não sei! Talvez mas a melhor maneira de dar uma remuneração que fosse equilibrada e equitativa seriam, de facto, as *feed-in tariffs*. Não conheço outras.

No solar devemos ir para o mercado? Não! Ir para o mercado na aberração...! O Secretário de Estado anterior andava aí a gabar-se que tinha posto 1000 MW de solar. Quantos é que foram construídos? Anunciar o Pai Natal funciona muito bem, mas quantos é que foram construídos? Porquê? Porque o mercado não pegou. Se se tivessem feito leilões e se se tivesse dito: «meus amigos, está aqui esta potência para instalar, que é o que se deve fazer agora, e a banda é esta, vocês querem vir? Comecem num valor absurdo, vamos imaginar 40 €, vão subindo e entram por ordem de mérito. Aí as pessoas que vão a leilão comprometem-se e fazem, mas os outros não fazem. No papel todos os dias são sábado e dia feriado!

Portanto, não deve ir a mercado, enquanto aberração; deve ir para o mercado sim, concordo que devem ir para o mercado, mas, segundo a minha perspectiva, não na aberração.

Suponho que respondi a todas as suas perguntas.

O Sr. Deputado Duarte Alves disse que a ausência de risco tarifário implica tarifas garantidas e que só na energia é que se trabalha com garantias. Não é assim, Sr. Deputado!

Quando eu dizia que deveria haver ausência de risco tarifário referia-me à oscilação, à oscilação futura. Não quero que se pressuponha que exigimos garantias, «colete, cinto e suspensórios»! Na altura em que, de comum acordo, se estabelece uma negociação — como eu disse, eu nunca apontei nenhuma arma, nem branca nem preta, a nenhuma entidade pública, o contrato foi negociado de livre vontade entre as partes — e depois, por livre arbítrio de uma das partes, se alteram as regras do jogo, isso é que é, para mim, risco tarifário. O risco tarifário é aquele em que, por exemplo, eu estabeleci um contrato em 10 de janeiro de 2005, mudou o governo, veio um ministro – lunático, maluco, porque há casos desses — e diz assim: «meus amigos, agora, a tarifa passa a ser não aquela que estava no contrato, mas a que o Governo quer». Isso não funciona, é o descalabro, é a corrida para a asneira.

Quando digo a ausência do risco tarifário, é no sentido de não haver disrupções a meio do jogo. É isso que quero dizer, mais nada!

Não me parece que a energia seja o único setor em que isto funcione assim, deve ser igual em todos os setores em que há capital intensivo. Para acudir à energia é preciso, de facto, muito capital, Sr. Deputado; não estamos a falar de *peanuts*. Como disse, no nosso projeto foram 2 biliões, repito 2 biliões, 2000 milhões de euros, investidos num prazo de sete anos, entre 2006 e 2013. É muito dinheiro!

Portanto, se as regras não forem transparentes e claras, pode ter a certeza de que não há ninguém que venha a jogo. Ninguém, nem que seja doido!

*Risos.*

O senhor perguntou-me qual era a rentabilidade da Enercon. Não lhe sei responder, sabe porquê? Porque a Enercon protege os seus dados e nunca, nem a mim, me deram a conhecer os seus dados internos, nem o segredo das máquinas. Nem a mim! É que eles tiveram más experiências, tentaram roubar-lhes a patente, é a única máquina que funciona daquela maneira, portanto, nem a mim me deram esses dados.

Calculo que era uma rentabilidade adequada. Foram negociações duríssimas, duríssimas! O preço deles não era aquele, foram preços negociados, negociações duríssimas com quatro promotores internacionais, que eram clientes deles noutras partes do mundo, para poderem fazer um abaixamento significativo do preço das máquinas, mas muito significativo!

Quanto à rentabilidade deles, não sei dizer qual era, nunca me disseram, nem me disseram a característica das máquinas, o que respeito, é um direito que lhes assiste. Aquilo era um consórcio, não era uma empresa. Eu não era dono da Enercon, não sou dono da Enercon, não tinha de saber a rentabilidade da Enercon para fazer um plano de negócios e levar isto para a frente. O projeto foi para a frente, foi cumprido exemplarmente bem, com o benefício de todos, sobretudo da economia nacional, mas eu não tinha de saber qual era a rentabilidade da Enercon!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E na parte da produção energética?



O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Na parte da produção energética, já lhe disse que a rentabilidade é da ordem dos 6-7%.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E na parte industrial?

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Na parte industrial é a Enercon, não lhe sei dizer. Tal como também não lhe sei dizer qual era a rentabilidade da Siemens, quando fazia transformadores. A Siemens fez transformadores ... Não vou bater à porta e dizer «ouça, meu amigo...»... Aqui, no desenvolvimento de atividades económicas, não vemos um perigoso e malandro usurário atrás de cada esquina à espera de explorar seja quem for; acreditamos...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há quem veja!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Não, não! Estou a falar por mim, eu não faço assim.

Quando há um negócio, não vou dizer à Saertex, que apareceu aqui, «tem de me dizer qual é a rentabilidade, porque acho que está a ganhar demais». E ele diz-me assim: «as minhas condições são estas, servem-lhe ou não? Se servem, aceite-as, se não servem, vá-se embora, vem outro». É tão simples como isto! Não se pode dizer que estão a ganhar demais ou a ganhar de menos, eles ganham o que entendem. Pode é ser caro de mais, como aconteceu na negociação com os construtores civis, em que alguns ficaram de fora... Mas eu não lhes perguntei qual era a rentabilidade para eles, comparei os preços, os deles eram caros, ficaram de fora, deixaram de ganhar. É tão simples como isto! Para mim, isto é o mercado! Interessa-me mais o mercado. A verdadeira aferição sobre se as coisas são corretas ou incorretas é o mercado, é ir ao mercado.

No caso da construção civil — lembrei-me agora — foi exatamente isso, havia várias empresas que podiam integrar o consórcio e só ficaram duas, porque foram aquelas que apresentaram preços considerados competitivos, as outras ficaram de fora. E eram projetos muito atrativos, numa altura em que a construção civil estava em crise, quando começou a decrescer.

As perguntas referentes ao decreto-lei já estão esclarecidas, porque estamos em sintonia.

Quanto aos projetos da biomassa, quero dizer que não sou contra nenhuma forma de energia em particular, acho que todas têm prós e contras, umas têm mais prós, outras têm mais contras, e outras têm muitos contras e quase não têm prós...

O problema é que Portugal não tem biomassa, Sr. Deputado. As duas únicas centrais de biomassa, tirando aquelas que são feitas nos proprietários que têm matéria-prima, as celuloses, esses sim; agora, os outros? Nós temos mata, não temos florestas e a mata que temos é dispersa, não é ordenada, é caríssima, é verde e não arde.

As centrais de biomassa da EDP que existem perto de Coimbra foram feitas na altura em que eu tinha responsabilidades no domínio da energia, enquanto instituição — estava num gabinete do Secretário de Estado —, não funcionaram; tivemos de levar para lá um gasoduto para começar a incineração.

O que me espanta, só chamei a atenção sobre isso, é que são pessoas — sempre as mesmas — que criticam muito o que se passa nas renováveis, na eólica, mas, depois, apresentam projetos do nuclear, o qual foi um fiasco completo a nível mundial, que ainda está em construção — aquele que eles disseram que vinham trazer, na altura, em 2005, e que disseram que estaria pronto em 2008 por 3000 milhões de euros e que já vai em 15 000 milhões, disseram que a tarifa era 23 € e já vai em 110 €...

Essas pessoas apresentaram, mais tarde, quando a energia eólica era muito cara, um projeto *offshore* que era três vezes, quase quatro vezes, o preço da ENEOP; apresentaram uma central de cogeração de 500 MW, que nem sequer era cogeração, e, agora, apresentam dois projetos, para já, de biomassa no centro do País com licenças que, no caso da ENEOP, tinham caducado...

Nós tínhamos a DGE (Direção-Geral de Energia) em cima de nós a dizer: «tenham cuidado porque dentro de dois meses o parque tem de entrar em exploração». O Sr. Deputado dizia: «ah, mas têm de adiar»... Nós tínhamos a DGE a dizer que tínhamos de entrar em exploração. Nós queríamos, mas dizíamos: «Olhe, que não conseguimos, Sr. Diretor-Geral, porque o fulano do ambiente, o fulano dos morcegos está-nos a...».

Uma vez, até nos obrigaram a retirar um parque eólico — tínhamos a subestação já em construção —, porque um senhor achou que umas pedras que lá estavam configuravam um castro e, por isso, tivemos de arrastar todo o projeto para uma distância de 10 km, destruir subestações, etc. Isso é a vontade dos promotores? Ninguém nos pagou, tivemos de ensopar esses sobrecustos, ninguém nos pagou isso, fomos nós que ensopámos.

Os projetos da biomassa são licenças atribuídas em 2006 a projetos que não foram construídos, não percebo como é que estão válidas em 2018, ninguém consegue explicar-me, tentei saber na DGE e ninguém conseguiu explicar-me.

Só manifestei a minha estranheza, porque a tarifa que está a ser negociada, que foi anunciada pelo Secretário de Estado anterior, era de 118 €/MW/h. Ora, a tarifa da ENEOP é de 70 €/MW/h e obrigou a tanto ruído, tanto *soundbite* e essa não é cara? Com um rendimento inferior a 30%, com biomassa importada de Espanha? Então, o que é isto? É só por isso, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Costa, lamento imenso mas o senhor faz-me perguntas que não se dirigem a mim; o senhor tem de perguntar à fonte. Essa história da ERSE nem a entendo, se quer que lhe diga, nem entendo a maior parte do que aí está escrito. Não entendo, não entendo!

Perguntou-me se a negociação de 2012 já incorporava os 60 € para o sobreequipamento. Não participei na negociação, não estava cá, não participei nessa negociação do decreto-lei, portanto, não sei responder-lhe. Mais uma vez lhe digo que, quando vier aqui o Dr. Manso Neto, vai ter de lhe perguntar isso. Não estou a fugir à pergunta, Sr. Deputado, é que não sei, só falo daquilo que sei.

As histórias da ERSE, as três coisas que... não fazem sentido nenhum... A transferência das previsões... Mas a REN interage com os nossos parques, com os nossos centros de despacho, a REN tem acesso às previsões do recurso eólico?! Os despachos, quer da EDP, quer da Generg, interagem ao minuto, ao segundo, com o centro de despacho da REN. O que é que eles querem? Não estou a perceber o que é que eles querem!? Acho que há aí um grande desconhecimento. Não sei quem assina esse documento, mas isto não abona muito a favor do conhecimento que tem do setor.

Alteração dos desvios de produção e os custos destes serviços serem imputados aos promotores? Nem percebo o que é que a ERSE quer dizer! O que é que ela quer dizer? Se não produzirmos, não recebemos! Qual é o problema? O que é que a senhora ou o senhor quer dizer com isso? Se não produzirmos, não recebemos! Só somos remunerados pela energia que produzimos. Não há energia que não produzamos que seja remunerada.

Quanto a fazer a aquisição das FER por outros comercializadores, porquê? Por um lado, quer que a REN tenha as previsões e a alteração dos desvios da produção, por outro, quer que sejam outros comercializadores a fazerem a aquisição das FER? É entropia que se quer meter no sistema? Não

percebo! Não entendo, sinceramente, não entendo o que é que esse relatório quer dizer.

Relativamente à oferta verde, o senhor está a falar dos certificados verdes?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Penso que sim!

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Os certificados verdes são um pesadelo.

As energias renováveis, tal como disse, não são beneficiadas por não serem poluidoras, em nenhuma circunstância, nunca o foram, não têm benefício nenhum, não há nenhum cálculo, isto é, em relação à tarifa das energias renováveis que temos, nunca ninguém disse: «atenção, nós não poluímos, não emitimos CO<sub>2</sub>, etc.».

Poderíamos pensar, eventualmente, «sim, senhora, certificados verdes, como há noutros países». Os certificados verdes são de uma implementação muito, muito difícil. Acho preferível não ir por aí, mas ir pelo sistema contrário, isto é, impor uma taxa de CO<sub>2</sub>. É mais fácil impor uma taxa de CO<sub>2</sub> — essa é mensurável — sobre os combustíveis fósseis por gramagem emitida. Essa medida é mais fácil, vai diretamente ao défice tarifário e essa, sim, pode ir ao bolso dos consumidores. Portanto, em vez de estarem a dar um benefício às renováveis, era preferível darem a taxa de CO<sub>2</sub>. Essa é que era uma boa medida.

Sr. Presidente, já ultrapassei o tempo?

O Sr. **Presidente**: — Como viu, temos feito uma gestão muito flexível do tempo, porque, de facto, o que é importante é que todas as perguntas sejam feitas, as respostas sejam claras e que quem faz as perguntas sinta que elas foram respondidas.

Não vai haver terceira ronda, pelo que percebo da sala, e, por isso, vamos terminar a reunião.

Quero agradecer a presença do Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**, a forma e a clareza com que respondeu a todas as perguntas, e também aos Srs. Deputados a forma como colocaram as perguntas e a oportunidade que tiveram para esmiuçar os assuntos e esclarecer as dúvidas. Assim sendo...

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Sr. Presidente, se me permite, queria dizer ainda uma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Faça favor.

O Sr. Eng.º **Aníbal Fernandes**: — Só quero pedir desculpa pelo tom inflamado das minhas intervenções, é o meu timbre, não entendam isto, de modo algum, como falta de respeito, ou ofensa, ou algo do género.

Queria pedi-lo encarecidamente porque, muitas vezes, as pessoas que não me conhecem dizem «ele está zangado!», não estou nada zangado, nunca poderia ficar zangado. É o meu timbre, gostava que contextualizassem as minhas intervenções com as minhas convicções, porque, quando estou muito convicto, defendo acerrimamente as minhas convicções e as minhas ideias. Foi isso que pretendi expressar aqui. Foi com a melhor boa vontade que tentei trazer uma perspetiva diferente de quem viveu a energia neste País ao longo dos últimos 34 anos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Engenheiro não tem de ter essa preocupação.

Penso que foi evidente, pelo semblante e pela forma como todos os Srs. Deputados participaram nesta audição, que não sentiram que estivesse inflamado de mais ou a ofender-nos. Se assim fosse, eu próprio não teria

permitido que usasse da palavra, como é óbvio. Até agradecemos que os nossos convidados, ou seja, as pessoas que estamos a inquirir — trata-se de uma comissão de inquérito e, portanto, são convidados obrigatórios, entre aspas — sejam capazes de transmitir alguma vivacidade ao debate, porque isso estimula também as perguntas e o sistema de pergunta/resposta, ficando todos a ganhar.

Recordo às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que na próxima terça-feira, pelas 14 horas, teremos connosco o Dr. Manso Neto.

Muito obrigado a todos e boa noite.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 4 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.